



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 51

III Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 27 de Setembro de 2006

Presidente: Deputado Fernando Menezes

Secretários: Deputados António Loura e Cláudio Lopes (*substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Mark Marques*)

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 25 minutos)

Apresentada a correspondência pelos secretários da mesa, seguiu-se a apresentação de dois votos.

O primeiro, **Voto de Congratulação pelas “Bodas de Prata do Grupo Etnográfico da Beira”**, foi apresentado pelo Sr. Deputado Manuel Silveira, do Grupo Parlamentar do PS.

Após a intervenção do Sr. Deputado Mark Marques (*PSD*), o voto foi aprovado por unanimidade.

O segundo foi um **Voto de Pesar pelo “falecimento de Paulo Manuel Pereira Teixeira”**, apresentado pelo Sr. Deputado Alberto Costa, do Grupo Parlamentar do PS.

O voto foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter usado da palavra os Sr. Deputado Sérgio Ferreira (*PSD*).

Para intervenções de interesse político relevante, usaram da palavra os Srs. Deputados Manuel Avelar (*PS*), Alberto Pereira (*PSD*), Ana Isabel Moniz (*PS*), José Rego (*PS*), António Ventura (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Hernâni Jorge (*PS*), Jaime Jorge (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*).

Agenda da Reunião:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional - "Aprova as bases da concessão, projecto, construção, financiamento, conservação e exploração dos lanços rodoviários e respectivos troços, na Ilha de S. Miguel, em regime de portagem sem cobrança do utilizador (SCUT)";

Apresentada pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), proferiram intervenções os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), José Rego (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Clélio Meneses (*PSD*), Luís Paulo Alves (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Paulo Gusmão (*Indep.*), Francisco Coelho (*PS*), o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

A proposta em apreço foi aprovada por unanimidade.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional - "Permite a majoração dos apoios previstos no Decreto Legislativo Regional n.º 14/95/A, de 22 de Agosto, e no Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002/A, de 11 de Março, que se destinem a ser executados nas Ilhas Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo".

Apresentada pelo Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), seguiu-se o debate onde participaram os Srs. Deputados Paulo Gusmão (*Indep.*), Jaime Jorge (*PSD*), António Pedro Costa (*PSD*), Osório Silva (*PS*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional - "Altera a Orgânica do Serviço Regional de Protecção Civil e de Bombeiros dos Açores".

Apresentada novamente pelo Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), usaram da palavra no debate os Srs. Deputados Osório Silva (*PS*), Sérgio Ferreira (*PSD*), Paulo Gusmão (*Indep.*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

O diploma foi aprovado por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 55 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, muito boa tarde.

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Secretário para dar início à chamada.

Eram 15 horas e 25 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva Costa

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António Gonçalves Toste Parreira

António José Tavares de Loura

Catarina Paula Moniz Furtado

Fernanda Correia Garcia Trindade

Fernando Manuel Machado Menezes

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Hélder Guerreiro Marques Silva

Henrique Correia Ventura

Hernâni Hélio Jorge

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Gabriel Freitas Eduardo

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar Cunha Santos
Manuel Herberto Santos da **Rosa**
Manuel Soares da **Silveira**
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**
Maria **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Mariana Rego Costa de **Matos**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Osório Meneses da **Silva**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**
Alberto Abílio Lopes **Pereira**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Maria da Silva **Gonçalves**
António Pedro Rebelo **Costa**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Jaime António da Silveira **Jorge**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José Fernando Dinis **Gomes**
José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**
Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**
Mark Silveira **Marques**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**
Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados.

Passamos à leitura da correspondência.

Secretário (*António Loura*): Do Grupo Parlamentar do PSD, envio do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão para o Projecto de Resolução “Condições para a Revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas”.

Presidente: Está lida a correspondência.

Deram entrada na mesa dois votos, um de congratulação e outro de pesar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira para apresentar o Voto de Congratulação.

Deputado Manuel Silveira (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

“Voto de Congratulação

A passagem da data de Bodas de Prata do Grupo Etnográfico da Beira é motivo de particular regozijo para todos os seus associados e dirigentes, não esquecendo os seus fundadores, bem como a população, de Velas em particular e de S. Jorge em geral.

A 26 de Julho de 1981 foi fundado o actual Grupo Etnográfico da Beira, na altura denominado Grupo de Folclore da Beira da Casa de Povo de Velas.

Com o objectivo de sensibilizar a população para a preservação e o gosto pela etnografia Jorgense, o Grupo Etnográfico da Beira assume-se como representante fiel dos usos, costumes, danças e cantares dos séculos XVIII, XIX e início do século XX. Os trajes, representam, por isso, o modo de vestir das gentes de S. Jorge nessa época, indo desde o traje domingueiro aos vários trajes de trabalho, consoante a ocupação

em causa, não esquecendo os característicos dos dias de festa, onde o destaque vai para o das Festas do Espírito Santo.

O Grupo desenvolve várias actividades com a colaboração dos seus 40 elementos, divididos por 18 bailadores, 6 cantadores, 15 tocadores e 1 porta-estandarte.

Nos bailes, os mais característicos que executam são a Chamarrita, Rema, Sapateia, São Macaio e Saudade. Na música, contam já com 2 discos editados, o primeiro, Cantares da Nossa Gente em 1998 e o segundo, Canto Jorgense em 2002. Para além da música e da dança o Grupo Etnográfico da Beira mantém um núcleo museológico, propiciando dessa forma uma recolha minuciosa de utensílios e objectos etnográficos. Ao longo dos seus 25 anos de existência, o Grupo Etnográfico da Beira tem participado em festivais de folclore por todo o arquipélago dos Açores, já se deslocou a várias localidades do continente português, nomeadamente, Vila do Conde, Vale de Cambra, Lamego, Cartaxo e Alenquer, bem como ao arquipélago da Madeira para actuar. Conta, ainda, no seu currículo com deslocações aos Estados Unidos, Canadá, França e Espanha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 26 de Setembro aprove e emita um voto de congratulação pela data em que o Grupo Etnográfico da Beira comemora os seus 25 anos de existência.

Horta, sala das sessões, 27 de Setembro de 2006

Os Deputados Regionais do PS, Manuel Silveira, Rogério Veiros e Francisco Coelho.”

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto de congratulação porque num grupo como este, com a crise de dirigismo que existe nestes grupos, sociedades filarmónicas e outras instituições do género, é obra ter 25 anos de actuação, como este grupo tem.

É referido no voto, e muito bem, que este grupo é constituído por 40 elementos. Sem querer desconsiderar 39 deles, queria fazer referência especial a um membro deste grupo – tive a honra e o prazer de participar na celebração, no festejo dos 25 anos deste grupo onde lançaram um DVD, um grande jantar! – A Paula Sequeira, que tem sido ao longo dos anos, sobretudo nestes últimos anos, “a alma, o coração e o motor” deste grupo.

Este voto apresentado pelo Partido Socialista merece a concordância e a anuência do Partido Social Democrata e penso que é justo nesta data apresentar este voto aos 25 anos de um grupo que tanto tem projectado o nosso Concelho das Velas, a nossa Ilha de São Jorge e os Açores por esse mundo fora.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Temos de seguida um **Voto de Pesar**, apresentado também pelo PS, pelo “**falecimento de Paulo Manuel Pereira da Câmara Teixeira**”.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa.

Deputado Alberto Costa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

“Voto de Pesar

No passado dia 19 de Setembro, faleceu na cidade de Angra do Heroísmo, Paulo Manuel Pereira da Câmara Teixeira.

Natural de Santa Luzia – Angra do Heroísmo, viveu a maior parte da sua vida na ilha de Santa Maria.

Exerceu o cargo de Tesoureiro da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, entre 24/11/45 e 24/10/46.

Foi funcionário do Serviço Meteorológico de Santa Maria, de 01/07/47 a 01/05/58.

A 08/07/63, entrou para o Serviço de Controlo de Tráfego Aéreo em Santa Maria, onde exerceu os seguintes cargos de chefia:

- Chefe de Torre do Controlo do Aeroporto de Santa Maria

- Chefe dos Serviços de Exploração da Direcção Regional do Atlântico, cargo que exerceu até se aposentar em 01/09/86.

Foi deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, desde 22 de Setembro de 1987 até 17 de Novembro de 1988.

Foi membro da Comissão Política do Partido Socialista da Ilha de Santa Maria, tendo estado desde a primeira hora ligado à organização desta força partidária nesta ilha.

Foi membro do Lions Clube de Santa Maria.

A parte do mandato que exerceu como Deputado Regional atesta bem a sua consciência cívica e a sua dedicação à causa pública.

Eleito deputado pelo círculo eleitoral da ilha de Santa Maria, em substituição do deputado José Dinis dos Reis Resendes, que pediu a renúncia do seu mandato, exerceu este cargo com grande sentido de defesa dos interesses marienses, mas sempre com uma perspectiva regional.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados, propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a aprovação de um Voto de Pesar pela sua morte e que o mesmo seja transmitido à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 27 de Setembro de 2006.

Os Deputados Regionais do PS: *Alberto Costa e António Loura.*”

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

(*) **Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O PSD vai associar-se a este voto.

Como é dito no seu texto, o Sr. Paulo Teixeira viveu grande parte da sua vida em Santa Maria. Era uma pessoa muito querida na ilha e, sem dúvida, que a sua

consciência cívica e participação social na vida mariense são credoras de todo o nosso respeito e admiração.

Presidente: Vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos prosseguir nas intervenções.

Está inscrito o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No passado mês de Julho, aquando da visita do Governo Regional à ilha Graciosa, foi apresentado o ante-projecto do novo Hotel de três estrelas, a localizar junto ao mar na zona da Barra, com capacidade para 120 camas, cujo investimento previsto é da ordem do 6 milhões de euros e que dará origem a cerca de 30 postos de trabalho. O Turismo, assim, começa a dar sinais de desenvolvimento sustentado na nossa ilha.

Esta estrutura virá certamente colmatar uma lacuna no âmbito da oferta turística da nossa ilha, dando aos empresários locais uma oportunidade de potenciarem os seus investimentos.

Um investimento desta ordem que visa impulsionar a actividade turística na ilha. Já foram dados passos concretos, no sentido do avanço desta iniciativa de inegável valor, sabendo-se que os terrenos já foram adquiridos.

O investimento privado deve ser estimulado, e isso está a ser feito através dos fundos para as Ilhas da Coesão. O turismo é, sem dúvida uma actividade em que se aposta forte nos Açores e a ilha Graciosa não pode ficar à margem deste processo. Temos um clima ameno todo o ano e apesar de sermos a segunda ilha mais pequena do Arquipélago temos alguma variedade de actividade para os turistas que nos visitam.

Estamos conscientes que a nossa ilha ainda não está preparada para grandes movimentações, mas o que pretendemos, é sim, um turismo de qualidade e nos traga valor acrescentado. Algumas experiências no domínio do turismo-rural e de habitação também podem dar o seu contributo.

Mas para que tudo possa avançar com alguma viabilidade temos de ter em conta as acessibilidades – os transportes marítimos de verão – com horários adequados e os

transportes aéreos todos os dias do ano, com as ligações facilitadas para o exterior da Região. Entendemos assim, que os transportes aéreos assumem um papel fundamental na unidade regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Carapacho é um “ex-libris” não só da freguesia da Luz, mas também da Ilha Graciosa, sobretudo quando o assunto de que se fala é termalismo.

O Governo Regional pretende criar novas valências, no sentido de atrair mais interessados na sua utilização, não só locais, mas também das outras ilhas, essencialmente do Grupo Central, porque estão mais próximas.

Daí a necessidade de se fazer nova prospecção, no sentido de se encontrar maior caudal de água e seguidamente avançar com projecto de remodelação.

É de realçar que a Secretaria Regional do Ambiente e Mar irá fazer realizar o projecto de Protecção da Orla Marítima do Carapacho, junto ao edifício das Termas, o que no futuro poderá criar melhores condições para a zona balnear que lhe é próxima.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No domínio das pescas devemos salientar que a infra-estrutura construída no porto da Praia será, já está a ser, pela segurança que dá aos pescadores na protecção das suas embarcações, um dos pilares para a reforma do sector na ilha Graciosa, possibilitando uma melhoria considerável das condições de operacionalidade das embarcações, permitindo que os armadores possam investir em embarcações cabinadas e de maiores dimensões.

Também a colocação de uma grua, com potência para movimentar qualquer dos barcos existentes na nossa frota pesqueira vão beneficiar e facilitar a vida aos homens do mar.

A partilha deste espaço com outras actividades náuticas, como a marítimo-turística e o recreio ajudará a um maior desenvolvimento económico deste espaço, trazendo benefícios para a nossa ilha.

O próximo ano será também de grande investimento nesta estrutura, dando-se início à construção das casas de apresto, a instalação da rede de águas e eléctrica assim como a pavimentação do Porto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No domínio do ensino, continua-se a investir, e muito, na ilha branca. Na Escola Básica Integrada investir-se-á mais de 2 milhões de euros. Depois da construção de um novo, amplo e moderno pavilhão de aulas, com biblioteca e anfiteatro, a construção de um espaço para a prática da Educação Física e o restauro quase total do Pavilhão gimnodesportivo, agora iniciaram-se os trabalhos de requalificação dos restantes pavilhões.

Sabendo contudo que as obras vão decorrer em simultâneo com o desenrolar do ano lectivo, de outra forma não poderia ser devido ao volume de trabalhos, praticamente só se aproveitam as estruturas de base dos edifícios, quando se encontrarem concluídas, darão uma nova imagem da nossa Escola e estarão criadas melhores condições para a prática do ensino.

Na área ambiental vai fazer-se um grande investimento na Caldeira, e porque se trata do nosso maior parque florestal, com vista à sua requalificação e embelezamento, vai proceder-se à melhoria das actuais infra-estruturas e dotando-o de um centro de divulgação florestal, sinalética e de um percurso pedonal, para que locais e forasteiros possam usufruir das suas potencialidades paisagísticas e ambientais. Será também construído um Centro de Apoio aos visitantes da Furna do Enxofre, como forma de divulgação das suas características especiais e únicas do género. Também se procederá à electrificação do túnel de acesso à Caldeira, investimentos esses que atingirão cerca de um milhão de euros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No que se refere à área da Saúde, devemos salientar que o Grupo de Trabalho nomeado por Portaria do Senhor Secretário cumpriu nos prazos previstos o estudo da localização do novo Centro de Saúde da Graciosa.

A Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 27/06/A que submete a medidas preventivas a zona onde vai ser implantada o referido edifício, já deu entrada nesta Assembleia e esperamos que em breve venha ao plenário para ser aprovado.

Esperamos e estamos convencidos que novos passos serão dados na execução do projecto para que brevemente possamos dar início a uma obra que levará aos graciosenses uma maior qualidade de vida e condições de trabalho aos técnicos desta área.

Continuamos empenhados, tal como no primeiro dia, que subimos a esta tribuna, na defesa dos nossos interesses específicos, para que o futuro nos seja mais risonho, sempre no sentido de melhorarmos as condições de vida dos graciosenses e dos açorianos em geral.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo pedidos de esclarecimentos, passamos à próxima intervenção.

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje comemora-se o Dia Mundial do Turismo. Na sua mensagem para as comemorações de 2006, o Secretário-geral da Organização Mundial de Turismo afirma de forma breve e incisiva que turismo é riqueza, aludindo sobretudo ao desenvolvimento económico que o mesmo propicia.

É certo que o enriquecimento proporcionado pelo turismo não pode apenas ser apreciado em termos económicos, mas também em termos sociais, ambientais e culturais.

De “indústria da paz, a “acto humano por excelência”, o turismo tem, por isso, merecido várias qualificações.

Da nossa parte, fazemos votos para que o turismo possa contribuir decisivamente para a criação de um clima de crescente confiança, funcionando como actividade redutora do hiato de entendimento entre povos e nações, mensagem particularmente actual e pertinente.

Mas, sem benefícios económicos líquidos, ficam seriamente comprometidos os efeitos sociais e culturais expectáveis pelos países e regiões que apostam no desenvolvimento do Turismo.

O turismo atravessa tempos de mudança. E a mudança traz consigo desafios e oportunidades. São hoje constatáveis fenómenos de rejeição relativamente à oferta de produtos estandardizados.

Confirma-se, isso sim, o aumento gradual e significativo de procuras especializadas ou com orientação individual ou temática.

A relação qualidade-preço tornar-se-á, assim, mais decisiva. Deixando, deste modo, o factor preço de funcionar como factor determinante e mesmo decisivo nas correntes turísticas.

Cremos pois que se pode dizer que os modelos uniformes e pré-concebidos, serão substituídos pela diversificação e criatividade nas soluções, pelo reforço dos valores culturais e de identidade pessoal. Estas considerações suscitam a reflexão sobre os modelos de organização e expansão da actividade turística nos Açores.

Esta deve contribuir para a dinamização da actividade económica, para atenuar os desequilíbrios e assimetrias regionais, para proteger e valorizar o meio ambiente e o património cultural.

Por tudo isto, as comemorações do Dia Mundial do Turismo deverão, nos Açores, transmitir e significar optimismo e confiança nas virtualidades do turismo, mas também a assumpção de grandes responsabilidades e desafios.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já várias vezes manifestamos nesta Assembleia a nossa discordância no que respeita à política promocional da Região.

Já muitas vezes manifestamos a nossa preocupação com a evolução da operação turística para os Açores nos últimos anos.

Com efeito, os contínuos alertas que vimos fazendo revelam-se cada dia mais pertinentes.

Indo ao encontro do nosso diagnóstico, um estudo recente da Direcção Geral do Turismo avaliativo da competitividade dos destinos portugueses sintetiza bem as

razões pelas quais os Açores passaram de um destino com potencial competitivo entre 1995 e 2000, para um destino com debilidade competitiva entre 2000 e 2004. A performance negativa do destino Açores neste período, radica, segundo as conclusões do estudo, em quatro razões:

Primeira, crescimento da oferta superior ao da procura. E, acrescentamos nós, em virtude de este fenómeno não ter sido acompanhado do necessário incremento da promoção turística.

Segunda, variações negativas na taxa de ocupação-cama desde 2003.

Terceira, uma perda em mais de vinte pontos percentuais do peso do mercado nacional nas dormidas gerais e, acrescentamos nós, a criação de uma perigosa e excessiva dependência dos mercados nórdicos, unicamente sustentados numa operação charter.

Quarta e última razão, um crescimento dos custos nos estabelecimentos hoteleiros que foi, entre 2000 e 2004, quase o dobro do crescimento das receitas.

Cumpre-nos reflectir sobre o turismo dos Açores.

A reflexão, para ser intelectualmente honesta e politicamente produtiva, não pode deixar de abordar o modelo de desenvolvimento turístico e evidenciar o inegável crescimento da oferta hoteleira e das dormidas turísticas nos últimos anos, mas também sublinhar e debater os graves constrangimentos relacionados com um persistente desajustamento entre a oferta e procura e com uma baixa rentabilidade global da operação turístico-hoteleira.

Conhecer as causas e estabelecer conexões é meio caminho andado para resolver os problemas e para não repetir os mesmos erros.

Para nós, tudo ou quase tudo, radica numa actuação em termos de promoção institucional tardia, face ao crescimento da oferta. Numa promoção errática e intermitente. E quase tão só dirigida à contratação de operações charter.

Lançadas essas operações charters, as mesmas geram imediatamente volumosos movimentos turísticos. Mas há o reverso da medalha. A sua eventual cessação ou variação negativa conduzirá a significativas perdas no imediato, não tendo a indústria turística regional, no actual contexto, capacidade de substituição desta procura turística.

O que está mal então?

São conhecidas as nossas reservas quanto a esta política não por qualquer reserva mental relativamente ao transporte charter, por muitos considerado o transporte turístico por excelência, mas pela extrema dependência em que se coloca a Região face a um reduzido número de operadores e de operações, ainda por cima geradoras de escassa receita turística.

Acresce que, sendo operações desqualificadas do ponto de vista do consumo turístico, exercem ainda forte pressão sobre os agentes turísticos regionais, que são obrigados a “saldar” os seus produtos para garantirem taxas de ocupação mínimas.

As operações Charter são um verdadeiro “rendimento mínimo garantido” da operação turística açoriana, face à incapacidade de gerar fluxos mais significativos e qualificados de forma estável e duradoura dos principais mercados emissores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Com estas operações que nem sequer asseguram um regime de concorrência efectiva, compra-se uma aparência de sucesso, mas não se constrói nada de sólido para o futuro. O turismo dos Açores pode incorporá-las, mas não pode basear o seu crescimento em expedientes de elevada artificialidade económica e que, pelo seu peso relativo, se constituem em perigosas dependências.

O Governo Regional parece acreditar que os Açores poderão vingar com este modelo. É uma ilusão.

Na generalidade dos destinos que experimentaram tais soluções, foi o funcionamento normal do mercado que o determinou, resultando da iniciativa da indústria turística local combinada com o interesse de operadores internacionais.

Por cá, é o próprio Governo Regional o autor moral e material das operações, tendo os operadores estrangeiros praticamente excluído o sector das agências locais e sendo a indústria hoteleira instada a subsidiar as operações oferecendo quartos quase a preço de custo, enquanto os próprios profissionais de informação turística itinerante açorianos, guias e transferistas são substituídos por profissionais estrangeiros.

O Governo Regional resolveu substituir-se aos agentes turísticos regionais, retirando-lhes a liderança, como seria normal e saudável, do processo de comercialização turística. Daí assistirmos a coisas tão bizarras como ser o Governo a negociar com

operadores internacionais uma vulgar operação turística, apresentando-se com dinheiro, uma companhia de aviação e a promessa de preços baixos nos serviços hoteleiros e outros a contratar. Daí assistirmos a coisas tão bizarras como ser o Governo a determinar quantos operadores suporta determinado mercado, excluindo potenciais concorrentes de operadores instalados, ao negar-lhes as mesmas condições. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este é um modelo de alto risco.

Os efeitos estão já à vista. O cancelamento parcial da operação da Escandinávia, dado o seu elevado peso relativo, repercutiu-se imediatamente nos resultados globais, subtraindo à operação cerca de 17000 dormidas e criando um clima de séria apreensão entre os agentes turísticos, alguns dos quais absolutamente dependentes daquela operação.

Muitas unidades hoteleiras encontram-se no limiar da falência ou sobrevivem, saldando para perto do preço de custo, os respectivos serviços.

Outras anunciam encerramentos durante a época baixa, em tentativas desesperadas de reduzir custos e salvar a operação anual. Casos existem de unidades que se preparam para anunciar o encerramento durante o Inverno, escassos meses após a respectiva inauguração.

Outras ainda encontram-se formalmente em funcionamento, mas tecnicamente a abrir intermitentemente por ocasião das referidas operações charter ou de eventos especiais.

Projectos de investimento em curso são reequacionados e fazem compassos de espera.

O 1º semestre do ano de 2006 revela um crescimento insignificante de 1,1%, melhorado com os resultados de Julho, mas ainda assim, com um acréscimo acumulado modestíssimo de 2,7%, num ano em que o comportamento dos restantes destinos do país foi globalmente muito positivo. Graças, sobretudo, à decisiva contribuição do mercado nacional que cresceu 5,4%, a desmentir o desvalor que o governo lhe atribuiu até 2004. A taxa média de ocupação-cama foi neste período de 36,9%.

As dormidas de estrangeiros praticamente estagnaram, apresentando um insignificante crescimento de 0,6%, determinado pela acentuada quebra de 13,3% do mercado nórdico.

Os resultados ao nível de ilha também são elucidativos.

S. Miguel pouco cresce. Perante a redução de dormidas dos mercados nórdicos, a confirmar a dramática dependência daquela operação, o que cresce (3,8%) deve-se, sobretudo, ao mercado nacional.

A Terceira apresenta uma forte e preocupante redução das dormidas gerais (8,9%), penalizada que é pela diminuição da comercialização do chamado “circuito açoriano”, que incluía 4 ilhas.

O Faial, a Graciosa e o Pico beneficiaram de crescimentos mais significativos (15,6%, 8,4% e 6,2%, respectivamente), mas que não compensam as perdas dos anos anteriores. Pelo contrário, em valores absolutos, Pico, Graciosa e Flores, crescendo percentualmente neste período, apresentam resultados inferiores aos registados em 1999. A própria ilha do Faial, não apresenta um crescimento estável e consistente. Com efeito, sobretudo nestas ilhas, em virtude da reduzida dimensão da operação turística, fenómenos conjunturais ou eventos extraordinários podem originar variações percentualmente significativas, sem que daí se possa extrair a conclusão de um crescimento estável e consistente. Por exemplo, o infeliz acidente e as operações de desenganche do CP VALOUR animaram vários sectores económicos da ilha e foram responsáveis por cerca de 4.000 dormidas. Tal equivale a dizer que, sem essa calamidade, a operação turística dos primeiros 7 meses de 2006, seria outra calamidade, saldando-se num resultado que, em termos absolutos colocaria o Faial pouco acima do nível das dormidas de 2001, também este, por sua vez, inflacionado pelo processo de reconstrução.

São Jorge e Santa Maria apresentam uma evolução negativa das dormidas de, 7,4% e 14,1%, respectivamente, muito em virtude do insucesso da operação de transporte marítimo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No turismo dos Açores, quase tudo se explica em função da operação charter dos mercados nórdicos.

A par disso, e em parte por causa disso, assiste-se a uma severa diminuição das vendas do chamado “circuito açoriano”, em virtude da crescente programação autónoma de S. Miguel, o que anulou ou restringiu o efeito típico de incremento proporcional das dormidas nas outras ilhas, sobretudo Terceira, Faial e Pico.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Assim, não se podem esconder as perdas reais e constantes nas ilhas mais pequenas e a acentuação continuada das assimetrias entre ilhas.

Para S. Miguel, há o expediente dos charters.

Para a Terceira, o Governo avança com a mesma receita perante a eminência de uma crise séria no sector turístico terceirense, com eventual encerramento de hotéis.

E, não fosse o Faial reclamar, já se profetiza a extensão desta receita a outras ilhas.

Parece pouco compatível com a lógica da operação charter, sobretudo daquela que se baseia na oferta de produtos estandardizados a preços muito competitivos.

E, afinal de contas, qual a razão para acreditar nesse efeito de derrama, quando falhou, rotundamente, a solução de financiamento a 100% dos custos adicionais de uma extensão da operação da Escandinávia à Terceira, repartida entre o governo e a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): 100%? A Câmara Municipal?

O Orador: Os jornais disseram isso e o Sr. Presidente da Câmara pronunciou-se publicamente.

Se isso também é mentira, então temos um problema mais sério.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): A operação custou 3 milhões de euros!

O Orador: Parafraseando o Sr. Presidente do grupo Parlamentar do PS, eu espero que a minha intervenção não prejudique os vossos apartes.

Esta reflexão conduz-nos fatalmente à questão central da avaliação da rentabilidade real da operação turística e á avaliação da “performance” do destino naquilo que verdadeiramente importa e que são as receitas turísticas geradas.

A receita média por dormida nos Açores – indicador que fornece a informação mais fidedigna sobre o perfil do turista que nos visita e o nível de consumo turístico efectuado – a preços constantes de 1996, degrada-se ininterruptamente, ano após ano, desde 1997, quedando-se em 35.12 euros em 2005 contra os 42.37 de 1996. O mesmo indicador, no período de Janeiro a Julho de 2006, revela a mesma tendência, anunciando já nova redução. Se olharmos o comportamento do mesmo indicador na ilha de S. Miguel, os resultados são ainda piores, quedando-se em 33.54 euros e apresentando indícios de nova descida em 2006.

Temos mais camas turísticas. Temos mais turistas e mais dormidas. Mas temos também – e aqui reside o problema – piores resultados ao nível das receitas geradas, sendo que as empresas hoteleiras arrecadam por dormida cada vez menos dinheiro, ano após ano, desde 1997. É uma realidade que não pode ser ignorada nem disfarçada por mais tempo, porque reconhecer um problema é sempre o primeiro passo para o resolver.

É preciso assumir prioridades claras. Urge consolidar e sustentar a oferta existente. É, para nós, absolutamente imperioso recentrar a política promocional na óptica da receita e não apenas no volume da operação turística, e desenvolver políticas activas de promoção da qualidade, ao nível da oferta.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Neste quadro, a promoção e a formação turísticas, deveriam ser, nos próximos anos, como repetidamente temos dito, não apenas prioridades, mas verdadeiros desígnios regionais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A terminar, gostaria de louvar a iniciativa do Governo Regional de promover e apoiar a realização, nos Açores, do próximo Congresso da Associação Portuguesa de Agências de Viagens e Turismo.

Com efeito, o desprezo a que foi inicialmente votado o mercado nacional, deu lugar, a partir de 2004, a uma abordagem promocional mais efectiva e ambiciosa, tendo o investimento publicitário turístico, praticamente ausente desde 1996, voltado a marcar presença nos programas promocionais.

Não é muito frequente, mas às vezes acontece. O Governo Regional desdenhou das propostas da oposição, mas acabou por reconhecer o mérito das propostas do PSD.

Teremos pois nos Açores, pela segunda vez (a 1ª foi em 1995) aquela que considero a mais importante e potencialmente decisiva acção promocional para o mercado nacional.

Será um momento de grande exigência para o governo e para a indústria turística regional e um momento ímpar de afirmação do destino Açores.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Os senhores deviam ter vergonha de falar de turismo, principalmente o senhor.

A vossa taxa de ocupação era de 32%!

O Orador: Do sucesso desse evento, que certamente ocorrerá, dependerá em larga medida, a evolução dos fluxos turísticos para os Açores nos anos seguintes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Neste Dia Mundial do Turismo, demos aqui o nosso contributo para a reflexão sobre este importante sector da economia.

E se o turismo é riqueza, como afirma a mensagem do Secretário-Geral da O.M.T., temos hoje uma excelente oportunidade para reflectir sobre o destino turístico que queremos ser e sobre o futuro que estamos a construir. Em paz, porque o turismo é a indústria da paz. Mas com sentido de responsabilidade, porque o turismo sustentável que queremos promover, responsabiliza-nos a todos na procura de consensos na sociedade açoriana.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu aprecio todas as vezes que o Sr. Deputado Alberto Pereira vem falar sobre o turismo.

Torna-se cada vez mais evidente, todas as vezes que fala, no nosso tempo e do seu tempo, mas eu não vou falar do seu tempo. Eu vou falar do meu tempo, porque tenho história, Sr. Deputado, e tenho números para lhe mostrar dos anos de 2000 e 2005.

Total de dormidas no ano de 2000, nos Açores – 579 mil dormidas;

Em 2005 – 1 milhão, 136 mil dormidas;

Crescimento – 96,2%.

Sr. Deputado, a média regional foi de 96,2%!

Terceira:

Crescimento – 103%, acima da média regional.

O senhor vem falar de 6 ou 7 meses deste ano. Basta o mês de Agosto aparecer e as médias que o senhor falou para a Terceira mudam totalmente.

Taxas de ocupação:

Sr. Deputado, no seu tempo, o máximo que teve de taxas de ocupação foi 32%.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Diogo Silves quando chegou cá também tinha uma taxa de ocupação bastante baixa!

O Orador: No nosso tempo, houve um crescimento até 2001, onde não houve aumento significativo da oferta, mas houve um aumento forte da taxa de ocupação. Chegámos aos 45%.

Depois houve um aumento muito forte da oferta e é natural que a procura acompanhasse a oferta. Descemos alguma coisa, principalmente em 2002 e 2003, porque houve uma recessão nacional muito acentuada e o mercado nacional baixou significativamente. Está claramente esclarecido.

Neste momento estamos a recuperar a nossa taxa de ocupação, ano após ano. Neste ano de 2006 não houve qualquer aumento da oferta e o nosso crescimento, no nosso entender e nas nossas previsões, vai chegar no final do ano aos 5%. Após termos o ano passado crescido 17,8% e em 2004 20%, mesmo assim este ano vamos crescer, provavelmente, 5%. Já estamos com 2,7%. O mês de Agosto está aí para haver crescimento novamente. Vai chegar aos 3,5 ou 4%, provavelmente, depois do mês de Agosto.

Quando chegarmos ao final do ano o senhor vai ver que a taxa de ocupação cresceu, porque a oferta não aumentou. É sempre assim, Sr. Deputado, aumenta-se a oferta, não se aumenta imediatamente a procura. Ninguém consegue fazer as duas coisas ao mesmo tempo.

O Sr. Deputado continua completamente desactualizado da situação.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Quanto aos voos regulares e os vossos charters, neste momento existem muitos mais voos regulares do estrangeiro do que voos charters. O Sr. Deputado ainda não percebeu isso.

Da Alemanha temos dois voos, da Inglaterra um voo que vai passar no próximo ano para dois regulares, não são charters, da Holanda temos este ano um, para o outro ano vamos ter outro, também regulares,...

Deputado Alberto Pereira (PSD): Veja lá qual é a taxa de ocupação!

O Orador: ... da Espanha temos um voo regular, da Áustria no próximo ano, vamos ter mais um voo regular, da Irlanda, provavelmente, vamos ter mais um voo regular.

Sr. Deputado, não há nenhum destino turístico que viva de um só mercado. Isso aconteceu só no seu tempo. No seu tempo, o mercado dos Açores era 75% do Continente.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Isso era perigosíssimo, não era Sr. Presidente? O que tem contra o mercado nacional?

O Orador: Ninguém está contra o mercado nacional, antes pelo contrário. Nós fazemos sempre o máximo para ter mais mercado nacional, mas nós aumentámos muito a nossa oferta e temos que ir buscar mercado, como todos os destinos turísticos o fazem, a outros sítios.

Outra coisa que o Sr. Deputado disse é que a promoção dos Açores não é feita já pela Direcção Regional do Turismo na sua maioria. É feita pela ATA.

Como o Sr. Deputado ouviu há pouco tempo, são 7 milhões e meio que nós vamos destinar para as candidaturas das diversas Associações Empresariais se apresentarem

para a área da promoção. É a primeira vez que o senhor vê isso claramente explicitado.

Foi um Decreto Legislativo Regional que foi aprovado nesta Assembleia e que agora terá a sua consequência.

A ATA é que faz a maior parte das negociações com os privados, não é o Secretário Regional da Economia nem a Direcção Regional do Turismo. São os empresários que escolhem, que falam com os operadores, que decidem. Eles sabem bem melhor do que eu e do que o senhor o que é que lhes convém, o que é que lhes aumenta a receita.

Deputado Alberto Pereira (PSD): O Governo não tem responsabilidade nenhuma a nível regional?! Para que serve então?

O Orador: Mas vamos à receita, Sr. Deputado, falando do meu tempo, não falando do seu tempo, porque a receita do seu tempo é insignificante, nem entra aqui.

De 2000 para 2005 as dormidas aumentaram 96,2%, mas as receitas totais aumentaram mais: passávamos de 26 milhões, 336 mil para 52 milhões, 566 mil.

Mesmo este ano, nestes primeiros 7 meses, nós estamos a crescer mais.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Fale da Pousada de Angra do Heroísmo! Sabia que vai encerrar?

O Orador: Sr. Deputado, também lhe posso falar da Terceira. A Terceira cresceu, em termos de receita, 116%, de 2000 para 2005, enquanto que as dormidas cresceram 103%.

As receitas totais aumentaram, Sr. Deputado, não diminuíram.

A questão é esta: em 5 anos duplicou-se também a oferta.

Não se pode duplicar ou aumentar, de um momento para o outro, a procura. Porquê? Porque as instalações, as infra-estruturas criadas ainda não são conhecidas pelos operadores turísticos.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Por isso é que deviam ter criado a operação mais cedo!

O Orador: Só agora é que a TUI se interessou pela Terceira, mas foi preciso criar a oferta. Sem essa oferta a TUI nunca se interessaria pela Terceira.

A Terceira terá um grande desafio no próximo ano, mas eu não temo os desafios, eu não temo o crescimento. Nós temos que dar resposta a esse crescimento.

O que o senhor gostaria era que nada se fizesse, que tudo ficasse igual.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): *Muito bem!*

O Orador: Nós queremos continuar a crescer e vamos ter que resolver o problema desse crescimento. Como? Procurando novos mercados, procurando melhorar a nossa oferta e procurando também melhorar a nossa receita, mas isso faz-se com os privados e nós estamos a fazer com eles.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

(*) Deputada Ana Isabel Moniz (*PS*): Muito obrigada.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

A 27 de Setembro celebra-se o Dia Mundial do Turismo.

Desde a II Guerra Mundial sabemos que essa actividade tem crescido a taxas espectaculares...

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Desde a II Guerra Mundial? Não foi desde 1996?

A Oradora: ... fazendo com que no início deste novo milénio esta seja a maior actividade a nível global.

Tal como foi aqui referido, na mensagem deste ano do Secretário-Geral da Organização Mundial do Turismo, salienta-se que o turismo é reconhecido como uma das actividades que contribui melhor para a criação de riqueza.

Gostaria de salientar que na Região, para comemorar esta efeméride, o Governo Regional, através da Direcção Regional do Turismo, está a desenvolver um conjunto de actividades que estão a decorrer durante o dia de hoje, actividades essas de animação, que têm por objectivo melhorar o acolhimento aos turistas e contribuir para o aumento da qualidade da experiência que eles têm neste destino.

Temos a distribuição de flores nos aeroportos da Região, aquando do desembarque dos passageiros que vêm de fora, por jovens casais trajados à regional.

Em São Miguel, temos também nos vários postos de delegação de turismo, a gustação de produtos locais com o apoio de alguns fornecedores e produtores regionais, e também temos a oferta de um *sovenir* nos hotéis. Aliás, todos os colegas que estão aqui alojados no Faial em unidades hoteleiras terão com certeza recebido hoje.

Isto para dizer que nos Açores estamos a comemorar a efeméride, estamos a lembrar este dia. Portanto, estamos a contribuir, da forma que nós podemos, para melhorar esta qualidade da experiência de acolhimento ao turista.

Passando, Sr. Deputado Alberto Pereira, às questões que coloca, que são muitas e que muitas delas já foram respondidas, eu gostaria de voltar ao debate sobre o desajustamento entre a oferta e a procura.

Começando pela procura, como sabe, nós temos tido resultados espectaculares que talvez lhe façam alguma inveja, relativamente aos últimos anos na Região.

O ano passado, como sabe, o Governo da República decidiu comemorar o Dia Mundial do Turismo nos Açores exactamente para realçar o bom desempenho da Região no contexto do país a nível de todos os indicadores: crescimento da procura, crescimento das receitas e também crescimento da qualidade da oferta de alojamento. Recentemente, através do novo sistema de indicadores estatísticos do turismo sustentável da Macaronésia, que é um instrumento importante, cujos primeiros resultados foram apresentados recentemente pelo Sr. Vice-Presidente do Governo em Angra do Heroísmo, verificou-se que nos Açores estávamos com indicadores que permitiam aferir o crescimento da qualidade da oferta de alojamento turístico.

Refira-se que estes indicadores são feitos em colaboração com o Instituto Canárias de Estatística e com a Direcção Regional de Estatística da Madeira. Portanto, estamos aqui a comparar a situação da Região relativamente a outras regiões insulares de turismo, não estamos a comparar com outros destinos que porventura, por vezes, são aqui invocados noutras intervenções, como as Caraíbas. Nós não podemos comparar a nossa realidade com outras que não são comparáveis.

Este sistema de indicadores vem permitir demonstrarmos claramente, através de 35 itens diferentes, que a Região, a todos os níveis, está a avançar em termos de oferta de qualidade, essencialmente, no alojamento turístico.

Temos outro aspecto ainda relativamente a esse desajustamento entre a procura e a oferta.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sra. Deputada.

A Oradora: O ano passado o crescimento das dormidas foi superior ao aumento da capacidade de alojamento. Portanto, 15,2% foi o crescimento que houve nas dormidas na Região.

A taxa média de ocupação o ano passado aumentou 3,9%; as receitas totais aumentaram 16,8%; as receitas de aposentos 18,8%.

Não há nenhuma região de turismo do país, Sr. Deputado Alberto Pereira, que tenha conseguido bater estes indicadores.

Por isso é que nós estamos aqui para realçar tudo aquilo que foi feito e para demonstrar que estas evoluções positivas não são virtuais, não são fictícias. São demonstradas, estão na estatística e se o senhor quiser fazer um balanço da actividade para o ano de 2006, nós só poderemos fazê-lo no próximo ano, porque o balanço da actividade turística, em qualquer parte do mundo, só se pode fazer no fim do ano. Não pode chegar aqui ao fim de 4 ou 5 meses, onde 4 desses meses são época baixa, e vir dizer que o turismo este ano está a ter um péssimo desempenho porque aconteceu, não sei o quê, com os operadores charters.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

O Sr. Deputado Alberto Pereira, do PSD, traz a esta casa mais um “choradinho” em relação ao turismo dos Açores.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Vá dizer isso aos empresários!

O Orador: O turismo nos Açores, hoje, é um pilar da nossa economia.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

O Orador: Acabou o tempo da monocultura da vaca.

Hoje, nos Açores, temos um sector primário e temos um sector turístico que contribui para o desenvolvimento económico e social dos Açores.

Hoje, os Açores não podem ser vistos no âmbito turístico, única e exclusivamente, na óptica da receita dos empresários do turismo.

Hoje, o turismo nos Açores contribui para o emprego das pessoas nos Açores. Antes, o emprego das pessoas dos Açores era, única e exclusivamente, em grande percentagem no sector primário.

Hoje, o turismo é um pilar da nossa economia.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Está é mal assente!

O Orador: O turismo não só contribui para o rendimento de alguns empresários que têm hotéis, como tem contribuído para muitos outros empresários que têm as suas empresas abertas. A restauração também recebe contributos do turismo, dos turistas que cá chegam e não só os hotéis que o senhor vem falar em que o rendimento diminuiu nesses hotéis.

Hoje temos mais emprego e temos mais riqueza gerada nos Açores por este pilar da nossa economia.

Hoje há pessoas bem formadas porque houve uma aposta na Formação Profissional, neste âmbito, deste pilar dos Açores.

Hoje o senhor pode dizer que alguns hotéis fecharão no Inverno. Isso para nós é uma preocupação, mas não é única dos Açores. Em muitas zonas deste mundo, há zonas turísticas em que nas épocas baixas os hotéis fecham.

O que nós temos é que contribuir nos Açores para que a época baixa tenha o menor custo para os empresários.

Aqui, quando o senhor diz que há mais camas, mais turistas nos Açores, não sei como é que se pode jogar com duas coisas que é ter mais hotéis, ter mais turistas e nas várias épocas do ano manter todas as unidades hoteleiras abertas.

Nós o que queremos nos Açores é que este pilar seja um pilar da nossa economia e é nesse aspecto que estamos a contribuir para o desenvolvimento dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por duas vezes o Sr. Presidente do Governo acabou por me chamar para o debate e não queria deixar de intervir, uma vez que a Ilha Terceira também está em causa.

É um facto que as dormidas na Terceira desceram 9%, de Janeiro a Julho. É ou não um facto? É um facto existente!

O Sr. Secretário diz-nos para esperarmos até ao final do ano para fazermos o balanço do turismo, sobre a taxa de ocupação de dormidas na Ilha Terceira.

São os próprios empresários da Terceira que, decorrido o mês Agosto e parte do mês de Setembro, alegam taxas de ocupação nos 20%, alegam que há má vontade política para a Terceira. Portanto, esses mesmos empresários falam já baseados no mês de Julho, de Agosto e até mesmo de Setembro.

Podemos esperar para o final do ano, mas já temos a opinião dos empresários. Já temos a sensibilidade dos empresários para aquilo que existe na Ilha Terceira.

Por outro lado, também gostava de recordar ao Sr. Secretário aquilo que foi anunciado na BTL em 2004, em que o Sr. Secretário anunciou os voos charters para a Terceira vindos da Espanha, em que textualmente dizia que existia uma afinidade cultural entre Espanha e a Ilha Terceira. O senhor anunciou isto, mas efectivamente isto não se veio a verificar em 2005.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Já disseram muitas coisas que eu tinha dito, mas essa não!

O Orador: Por outro lado também, foi estabelecido um acordo (os meios de comunicação social transmitiram isso e como não foi desmentido temos que acreditar que efectivamente é verdade) com a Câmara de Angra em 2004 para repartir os custos da vinda de suecos até à Ilha Terceira. Isto verificou-se ou não? Não se verificou!

Há aqui um conjunto de circunstâncias que convém perceber e que colocam o turismo na Ilha Terceira em rota negativa, ou seja, há retrocesso daquilo que se esperava.

Nós estamos a falar de uma ilha que tem uma grandeza social e económica. Nós estamos a falar de uma ilha que já tem muitas camas para oferecer e isto não se está a verificar.

A Terceira foi anunciada como uma ilha central e que era preciso aproveitar a sua centralidade. Como é que é possível que com esta centralidade, com este anúncio de centralidade, não exista turismo a crescer, ou seja, não exista uma taxa de ocupação, os empresários não estejam satisfeitos, não se utilize o facto de ser património mundial e a Terceira continue estagnada nesse necessário crescimento do turismo?

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que é facto é que o turismo na Terceira e no Grupo Central diminuiu. Uma causa para essa diminuição é o fracasso do Governo no transporte marítimo de passageiros, que trouxe uma diminuição de turista ao Grupo Central. Sr. Secretário, uma das explicações está aí.

Caiu 9% ou não caiu? Caiu 9% na Terceira!

Fiquei muito satisfeito quando V. Exa. anunciou o voo charter para a Terceira, quando anteriormente o tinha negado consecutivamente, afirmando que estava na mão dos privados e que não podia se substituir aos privados. Agora já se substitui aos privados. Demorou foi tempo a perceber isso.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não senhor. São os empresários!

O Orador: O senhor disse isso o ano passado nesta casa. Agora já se substitui aos privados porque vem reconhecer que o turismo na Terceira estava em queda livre.

Isto para chamar a atenção para aquilo que o senhor disse e para aquilo que o senhor vem fazer agora. O senhor sempre se recusou quando nós reivindicávamos para a Terceira a mesma operação que o senhor fazia para São Miguel.

Mas faça-lhe outra pergunta:

É esse o tipo de turismo que queremos?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): O senhor ainda não percebeu?

Eu vou explicar bem explicadinho!

O Orador: É um turismo que nós é que o subsidiamos?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Agradecia muito que me explicasse!

É esse o tipo de turismo que queremos? Que nós subsidiamos para eles virem cá?

Para irem com a saquinha ao mini-mercado ou esvaziarem os mini-bares dos hotéis?

É esse tipo de turismo?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não, não é!

O Orador: Não é com certeza, Sr. Secretário! Muito bem!

Depois, o senhor tocou aí num ponto fundamental, que depende só de si, que é o aumento dos voos regulares da Região para o estrangeiro, que já devia ter sido feito e mesmo assim não aumenta mais porque estamos reféns da SATA e da TAP, porque a concorrência não existe e como a concorrência não existe os voos regulares não aumentam, Sr. Secretário. Por muito difícil que seja admitir isso, é verdade!

Gostaria de perguntar ao Sr. Deputado José Rego se conhece algum hotel em São Miguel que vá fechar no Inverno?

Eu não conheço nenhum!

Mas na Terceira conheço: a Pousada inaugurada pelo Sr. Presidente do Governo, que mal abriu, já vai fechar!

Deputado Pedro Gomes (PSD): E a Pousada da Horta!

O Orador: E a Pousada da Horta.

Deputado José Rego (PS): Em Lisboa não conheço, mas no Algarve conheço!

O Orador: Vai fechar algum em São Miguel, Sr. Deputado?

E usando o critério da Sra. Deputada Ana Isabel, uma região semelhante: vai fechar algum hotel na Madeira na época de Inverno?

Não fecha Sr. Deputado!

Mas no Inverno vai fechar na Terceira e parece que não é só um. Parece que vão ser dois!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Parece!!!

O Orador: Um já é garantido e o outro parece que já vai fechar durante o Inverno, a não ser que V. Exa. tome alguma medida. Esperamos bem que a tome.

Sr. Deputado José Rego, se conhece algum hotel que vai fechar em São Miguel, eu gostaria que indicasse?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que o Sr. Deputado Artur Lima lançou aqui uma questão que acho que deve ser esclarecida de uma vez por todas, e isto também serve para o PSD.

Uma operação de transporte aéreo para Frankfurt e Amesterdão (4 horas, 4 horas e meia de viagem), um voo por semana, em termos de custos operacional, custa 3 milhões de euros. Eu tenho conhecimento disso porque conheço claramente essa situação.

O subsídio que nós costumamos fornecer através da ATA para promoção anda à volta dos 200 mil euros, não chega a ser 5% da operação. É o que é normal dar-se, porque não é exclusivo dos Açores. A Madeira, o Algarve e Lisboa também o fazem através das suas Agências de Promoção. Nós não fazemos mais do que os outros fazem.

Nós não pagamos aos turistas para virem aos Açores.

É falso que se pague viagens para os turistas virem aos Açores, que se pague estadias dos turistas nos Açores, nem escandinavos, nem de nenhum outro destino. Que isto fique claro! Isso nunca foi feito!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já pagámos!

O Orador: Outro assunto que é preciso ficar esclarecido:

A promoção que se faz no mercado escandinavo, o dinheiro pago, que é o contrato assinado através do ICEP e visado pelo Tribunal de Contas, aos voos da Escandinava, que é Dinamarca, Noruega, Finlândia e Suécia, esses voos, o valor de promoção, é muito inferior aos 200 mil euros que nós estamos aqui a falar.

Portanto, quando se fala que nós estamos a subsidiar o mercado Escandinavo para vir cá, de saquinho na mão, nós damos muito menos dinheiro para a promoção deste

mercado, do que damos, por exemplo, para a Alemanha, Inglaterra, Espanha ou para outros sítios quaisquer. Que isto também fique claro!

Em relação ao mercado da Terceira, ao operador turístico da Terceira, o desafio continua a ser sempre o mesmo. Nós temos que desafiar os privados a arriscarem, porque o risco é de 3 milhões de euros, Sr. Deputado. A operação vai custar à TUI 3 milhões de euros, mas a consciência que a TUI tem é que vai ter taxas de ocupação suficientemente elevadas para poder preencher, recuperar e ter lucro.

A TUI é o maior operador turístico europeu. Sabe o que é que está a fazer e para isso veio primeiro aos Açores, a São Miguel, verificou como é que estava o mercado, verificou que havia uma grande apetência para a Terceira e a grande apetência da Terceira não é para os hotéis tradicionais, mas para as quintas, para o turismo em espaço rural.

O nosso mercado pela TUI não é o operador normal da TUI, Sr. Deputado Alberto Pereira. É uma secção da TUI, muito especial, que é de nichos de mercado, porque a TUI-Holanda olha para os Açores diz:

- Quantas camas os senhores têm?

- 9.000 camas.

- Isso é muito pouco para nós trabalharmos!

Só que eles também têm uma secção chamada nichos de mercado e é nesses nichos de mercado que eles estão a vender basicamente as quintas, as zonas em espaço rural.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Havemos de avaliar o impacto da operação charter no turismo em espaço rural. É outra originalidade!

O Orador: Sr. Deputado, ouça porque o senhor está afastado disso há muito tempo, mas eu negocieei com as pessoas e sei do que é que estou a falar. O senhor podia ouvir. Aquilo que eu estou a dizer é verdade.

Deputado Alberto Pereira (PSD): E o que eu disse é mentira?

O Orador: Sr. Deputado, são ilusões. O senhor ainda está no tempo dos seus 75% de turismo vindo do Continente.

Presidente: Sr. Secretário Regional, o seu tempo terminou.

O Orador: O senhor ainda está nessa fase. As suas taxas de ocupação são 32%; o mercado normal para si era, nacional/nacional, só que o mercado nacional não vem no Inverno cá.

Deputado António Marinho (PSD): Mas foi depois da II Guerra!

O Orador: Para terminar esta questão basta dizer o seguinte:

O mercado da TUI que vem para a Terceira, não vem só para a Terceira. Também vem para o Faial, para o Pico e para São Jorge e foi com estas ilhas que conseguimos negociar a Terceira. Isso é fundamental, porque se tivermos êxito no próximo ano com a TUI-Holanda, podemos provavelmente ter êxito com a TUI-Alemanha ou com a TUI-Inglaterra.

É fundamental o desafio que vamos ter na Terceira, porque basta só este voo para Terceira, para aumentarmos em 20 ou 30 mil o número de dormidas que nós temos na ilha, ou seja, um crescimento para o ano de 20 a 30%. É o que podemos esperar, por exemplo, para o ano, na Terceira.

Nós temos que ver a evolução da Terceira ao longo de vários anos.

Em 2000 a Terceira tinha 67 mil dormidas e em 2005, pelos últimos dados que temos, tinha 136 mil dormidas, ou seja, um crescimento de 103%.

Em termos de receitas (enganei-me há pouco) cresceram 145%.

Qualquer 20 ou 30 mil dormidas para o próximo ano, devido ao mercado da TUI, dá um crescimento de 20 a 30 %.

O senhor diz que agora é o céu.

Não. Não é o céu. São situações evolutivas.

Para o ano vai haver mais, há-de haver outro ano que há-de haver menos e o processo tem que ser visto ao longo de vários anos.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

(*) **Deputada Ana Isabel Moniz (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Sr. Deputado Alberto Pereira insiste em vir aqui criticar o modelo de promoção turística dos Açores.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Eu não insisto. Ainda só falei uma vez! Vou insistir a seguir!

A Oradora: Eu gostaria de recordar que foi feito um requerimento do PSD há pouco tempo sobre esta matéria.

Convém recordar aqui que existe um Conselho Estratégico de Promoção Turística que assegura a coerência e coordenação das diversas iniciativas promocionais que são realizadas pelas várias regiões de turismo do país.

Portanto, os Açores quando propõem um determinado modelo de promoção internacional, esse modelo é aprovado através de uma grelha (através deste Conselho Estratégico de Promoção Turística) em coordenação com os três executivos, o dos Açores, o da Madeira e o da República.

Os Açores têm a sua estratégia, mas essa estratégia está definida em coerência e em coordenação com as outras estratégias para as regiões de turismo do país.

Para reforçar ainda mais a notoriedade do destino turístico Açores, eu gostaria de lembrar aqui que um estudo publicado recentemente no Reino Unido demonstrou que de todas as Regiões turísticas de Portugal, os Açores é a região que os britânicos preferem.

Outro exemplo que também gostaria de trazer aqui tem a ver com o *king* de anunciantes que é construído pela *Mark-test* e pela *Universal McCann*.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Ainda está na fase espiritual! Compare as taxas de penetração no mercado britânico!

A Oradora: Sr. Deputado, preste atenção. Não ouve e depois não sabe o que é que eu estou a dizer aqui.

Este *king* de anunciantes, que não tem nada a ver com interesses regionais (a *Mark-test*, que como o Sr. Deputado conhece muito bem, é uma empresa reconhecida a nível internacional, portanto, é uma multi-nacional, e a *Universal McCann*) diz que a Associação de Turismo dos Açores é das entidades do sector que mais investe em publicidade e ocupa um segundo lugar a nível nacional, porque só o ICEP Portugal é que investiu mais em promoção do que a Associação de Turismo dos Açores.

Eu penso que este indicador é notório e dá um peso fundamental à Associação de Turismo que fica à frente de outros organismos como o INATEL, a Delegação Oficial de Turismo Espanhol, a Embratur Brasil, etc....

A campanha natureza mágica está a dar continuidade à política de promoção turística que aposta na consolidação dos produtos de turismo natureza e turismo activo...

Deputado Alberto Pereira (PSD): Também o INATEL? Sabe qual é o preço médio que o INATEL paga aos hotéis?!

A Oradora: ... mas não estamos aqui a investir em novos produtos que também já foram reconhecidos a nível nacional: o turismo de golfe, o turismo de cruzeiros e o turismo de congressos.

A Ilha Terceira já tem condições para oferecer produtos nesta matéria. Nós já temos um centro de congressos na Terceira e podemos começar a dinamizar este produto de uma forma mais interessante.

Também gostaria de lembrar aqui que na Terceira, este ano, felizmente apareceram os primeiros operadores do *whale watching*, há tanto tempo aguardados. Não é dizer que queremos os turistas e depois eles chegam aqui e não têm nada para fazer.

Os operadores quando vão avaliar o mercado, que foi o que aconteceu o ano passado quando Sr. Secretário da Economia tentou fazer operações para a Terceira, não querem só saber se há camas. Querem também avaliar a oferta de animação e a oferta complementar a nível da restauração e de outras actividades que são fundamentais para ocupar os turistas.

Portanto, é preciso haver aqui um determinado impulso ao nível do empreendedorismo, que já começa a aparecer felizmente e quero saudar todos os terceirenses por isso, mas também gostaria de dizer que é preciso fazer mais a esse nível, porque nós não podemos deixar ali um avião com 200 ou 300 passageiros e eles não terem nada para fazer.

Presidente: Sra. Deputada, agradecia que concluísse.

A Oradora: Só para terminar gostaria de dizer ainda em relação à oferta turística, Sr. Deputado Artur Lima, que em Março, nos Açores, promoveu-se o Congresso da Associação dos Directores de Hotéis de Portugal e eles contrariam as ideias que o senhor defendeu aqui.

Eles dizem: “O arquipélago não tem mais oferta do que procura ao nível de camas disponíveis. Defendemos que o aumento da procura deve ser acompanhado por um aumento de camas nos Açores.”

Dizem ainda que “ainda não se atingiu o volume crítico, em relação a determinados mercados e que é fundamental alterar esta situação”. Quem o diz é Noel Dias, Presidente da Direcção da Associação.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Temos um operador e uma operação charter. Se eles se forem embora ficamos sem nada! De um dia para o outro!

A Oradora: Nós estamos aqui a falar da necessidade de aumentar a oferta. Não sou eu que estou a dizer, Sr. Deputado. Estou a repetir o que diz o Presidente da Direcção da Associação.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As questões suscitadas foram muitas. Eu bem que gostaria de me pronunciar sobre todas elas, mas o que me parecia mais razoável era os oradores que me precederam terem-se pronunciado sobre as questões que eu próprio suscitei. Isso, lamentavelmente, não aconteceu.

Quanto ao Sr. Secretário Regional da Economia (não me leve a mal!) eu para já e mais uma vez agradeço a importância que me atribui ao insistir sempre em falar “do meu tempo”. Recebo-o como um cumprimento, mas quero dizer-lhe que fui só Director Regional.

Naquele tempo, como hoje, em termos legais, os Directores Regionais não eram membros do Governo. Agora é que parece que são, e mais os directores de serviço e mais não sei quantos cargos. De qualquer forma fica registado o elogio e agradeço-lhe o cumprimento.

Mas devo confessar-lhe que tinha uma esperança secreta de, ao menos no Dia Mundial de Turismo, o Sr. Secretário Regional da Economia, para variar, me dar uma resposta conclusiva às questões que formulei. É que eu só tenho até ao fim da legislatura e ainda não recebi uma que fosse. Por norma, eu falo de “alhos”, o Sr. Secretário responde-me com “bugalhos”, faz sempre e sempre lateralizações. Faz sistematicamente remissões históricas incompreensíveis e as questões que foram aqui referenciadas, apresentadas, penso eu, de uma forma séria e consistente (V. Exas.

podem divergir, mas não podem achar que não são opiniões e enunciados respeitáveis) não foram, pura e simplesmente, afloradas, a não ser pelo Sr. Deputado do CDS/PP. Mais ninguém se referiu a essas questões.

Deste modo, eu lamento muito, Sr. Secretário Regional, mas para essa novela que vimos protagonizando, V. Exa. já não tem interlocutor. Eu já dei a minha contribuição para isso. Já chega! Já me pronunciei sobre todas as matérias que referiu!

A única questão que coloco neste momento é muito simples.

O Sr. Secretário Regional diga, nesta Assembleia, se há condições (diz aos empresários que está tudo bem!) de dizer aos profissionais turísticos, aos profissionais açorianos que estão a ser substituídos por profissionais estrangeiros, se está mesmo tudo bem e vai dizer também, uma vez que o recusou o ano passado, se os valores que eu apresentei quanto à receita média por dormida e quanto à degradação continuada desse indicador, são verdadeiros ou são falsos. Faça o favor de o dizer, porque só a partir daí é que o debate pode ser produtivo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Para além disso quero dizer-lhe ainda mais uma coisa sobre as operações charters: sabe que o turismo, além de lhe chamarem “indústria da paz”, também costuma ser referenciado como a “indústria mais democrática do mundo”? Diz-se isto para aludir ao facto...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Já lhe disse que temos mais voos regulares!

O Orador: Deixe-me falar agora um bocadinho, por favor.

... de que normalmente os movimentos turísticos processam-se dos países ricos para os países pobres e neste sentido o turismo processa uma solidária redistribuição da riqueza mundial.

Todavia, nos Açores, curiosamente, até aí os senhores resolveram ser originais.

Neste momento, o que estamos a fazer – já o disse uma vez, mas devo repetir – é pôr os Açores, que é uma das regiões mais pobres e ultraperiféricas da União Europeia, a financiar o turismo social dos países ricos do Norte da Europa. Isto é um absurdo, uma aberração e um insulto à inteligência dos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Sendo ainda mais grave quando V. Exas. ao mesmo tempo recusam, por alegada falta de dinheiro, uma redução das tarifas aéreas da SATA em 20%. Isto não faz o menor sentido!

Deputados António Marinho e Maria José Duarte (PSD): *Muito bem!*

O Orador: V. Exas. fogem para a frente e nunca dão respostas.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Dei na altura!

O Orador: Finalmente, e para já – V. Exa. há-de fazer ainda mais intervenções, certamente – queria referir-me à questão da dependência dos mercados nórdicos e da operação charter em geral e não a desvalorizo, porque ela representa, note-se, perto de 36% das dormidas totais e 62% das dormidas de estrangeiros.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Quando chegar ao final do ano já não é!

O Orador: Esses mercados dependem de uma simples operação. Assim como nasceu, irá desaparecer em função da subsidiação que é concedida, ou de melhores condições que lhes ofereçam noutras paragens.

O que eu quero dizer é que o PSD discorda profundamente quanto ao modelo que está a ser seguido.

Claro que temos que integrar, neste momento, essas operações, mas tem que haver um esforço superior de promoção de procuras estáveis e consistentes, reduzindo a dependência dessas operações e o risco que lhe está associado.

Eu acredito, convictamente, nisto que estou a dizer, Sr. Secretário Regional da Economia.

Não estou a fazer esta crítica apenas para me opor ao partido do Governo. Eu creio, sinceramente, que o rumo que os Açores estão a seguir é um rumo errado e que conduzirá, inevitavelmente, a um desfecho muito negativo e penalizador do futuro deste destino turístico.

Vs. Exas. estão a fazer uma coisa que só consigo definir assim: o governo quer praticamente impor o destino Açores no mercado internacional por referência à competitividade dos preços. É mais ou menos (e o Sr. Secretário Regional da

Agricultura e Florestas que me desculpe) como pretender fazer a carne dos Açores concorrer com a carne da Argentina com base no factor preço. É brilhante!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Eu li nos jornais, como quase todos nesta câmara leram, o subsídio dos 50 euros por sueco ou por sueca. Isso veio nos jornais.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): É mentira!

O Orador: O senhor não me venha dizer que é mentira, porque o senhor nunca o desmentiu. Veio nos jornais várias vezes. E o senhor está a dizer que isto é mentira?

Sr. Secretário, vai-me desculpar, mas é preciso ter descaramento.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Estou a dizer-lhe que não é!

O Orador: Isso veio nos jornais. O senhor anunciou isso. O Governo anunciou isso para São Miguel, Sr. Secretário, há um ano ou dois atrás. Peço imensa desculpa!

Sr. Secretário, não tenho nada (apoiamos!) contra esta operação da TUI para a Terceira.

O que eu ressaltei aqui da minha intervenção foi a sua contradição, que o ano passado e há dois anos não servia e este ano já serve.

Sr. Secretário, o senhor agora é que chegou à conclusão de que existem quintas na Terceira, casas em ambiente rural, etc., etc.?

Já existem há muitos anos!

Já devia ter sido explorado há muitos anos, Sr. Secretário!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Isso não depende de mim!

O Orador: O senhor diz que não se pode substituir aos privados, mas depois anuncia uma operação privada, chama ao Governo aquilo que é dos privados. Em que é que ficamos?

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Eu vou explicar-lhe!

O Orador: Esse número bonito que o senhor apresenta aí, dos 103%, qualquer criança da 4ª classe entende, porque ele começa com um valor muito baixo.

É claro que tem que ter um aumento exponencial. Se ele é muito baixo em 2000, parte para 2005... Isso é normal, Sr. Secretário, qualquer criança entende isso.

Agora, quanto ao fechar hotéis, acho que estamos entendidos: os senhores não têm explicação!

O Sr. Deputado José Rego remeteu-se ao silêncio, V. Exa. também.

Deputado José Rego (*PS*): Não me remeti!

O Orador: Lembrei-me agora de mais uma:

É que na Terceira, antes de fechar os hotéis, já temos um buraco de um hotel,...

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Que hotel?

O Orador: O da marina! O “Barata”!

O hotelzinho onde é que está? É para o ano?

Está lá o buraco e o Sr. Vice-Presidente tem especiais responsabilidades nisso.

Portanto, antes de fecharmos, na Terceira já temos o buraco. É isso que lá temos.

Sra. Deputada Ana Moniz, ou eu não percebi bem, ou a senhora vai ter que explicar, que não vai mais turismo para a Terceira porque não há nada lá para fazer.

Os terceirenses ficaram muito satisfeitos de ouvir V. Exa. dizer que não há aumento de turismo para a Terceira porque não vale a pena ir para a Terceira porque não há nada para fazer.

Deputada Ana Isabel Moniz (*PS*): A conclusão não é minha. Os operadores turísticos é que disseram isso!

O Orador: Foi o que a senhora disse. Se não foi isso que pretendia dizer, explique aquilo que pretendia.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, não é verdade. Se isso foi dito não é verdade.

Não foi dito por mim, mas se foi anunciado não é verdade.

Posso dizer-lhe que a operação Suécia, Noruega, Dinamarca, Finlândia, todos os voos desta área, têm um contrato-programa assinado pelo ICEP connosco, que vai ao Tribunal de Contas, e anda à volta de 700 mil euros para 7 voos semanais durante o ano. Portanto, tem uma média inferior ao normal de financiamento (200 mil euros, por exemplo) que vai ter o voo da TUI.

Sr. Deputado, que fique esclarecido que os voos das Escandinávia...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Dormidas, Sr. Secretário!

O Orador: Não há mais nenhum subsídio para além deste, que dos voos que nós estamos a financiar através de um contrato-programa.

O mercado nórdico vem aos Açores por preços inferiores de promoção que nós estamos a dar, por exemplo, aos voos regulares, porque os voos regulares custam mais dinheiro.

Em relação ao mercado da Terceira, das quintas em espaço rural, eu sei que elas existem. Eu sei que os hotéis que existem na Terceira têm elevada qualidade, mas não basta conhecer. É preciso convencer os privados e foi sempre isso que eu disse.

É preciso encontrar privados que queiram arriscar.

Nós até, através da SATA, se for a SATA a fazer o voo, aceitamos 50% do risco. Foi sempre assim. Encontrem outro privado qualquer que queira assumir os outros 50%. Nós não podemos assumir a totalidade do risco, porque a totalidade do risco, como lhe disse, são 3 milhões de euros.

Se o avião vem vazio, são 3 milhões de euros de prejuízo!

Deputado Alberto Pereira (PSD): Então, afinal, sempre estão a subsidiar a operação!

O Orador: O contrato-programa que nós fazemos com eles anda à volta dos 200 mil euros.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Para financiar o quê exactamente? Não se percebeu nada!

O Orador: Não chega a 5% da operação, uma operação que custa na sua globalidade à volta de 3 milhões de euros.

É preciso que os privados, o operador turístico, que é a TUI, diga “eu vou arriscar, porque tenho a certeza que vou ter lucro, ou não vou ter muito prejuízo no primeiro ano”. É isso que está aqui em causa.

Quanto ao voo da Espanha (o senhor falou anteriormente e eu não respondi), eu disse publicamente que a Espanha tinha condições de ser um bom mercado para a Terceira. A questão foi sempre essa, Sr. Deputado.

Eu sempre disse que se alguém encontrar um operador turístico na Espanha que queira arriscar um voo para a Terceira, a SATA assume 50% do risco. Foi o que nós dissemos. Sempre dissemos isso.

Há um operador turístico na Espanha que queira arriscar fazer um voo directo para a Terceira?

Nós, através da SATA, cobrimos 50% do risco.

Portanto, dos 3 milhões, um milhão e meio a SATA poderá ganhar ou poderá perder.

Percebeu como isto é?

Não é como o senhor está pensando.

Nós aceitamos esse risco.

Nós não pagamos certamente.

Isto que nós estamos a fazer, Sr. Deputado Alberto Pereira, é o que faz Lisboa, Algarve e a Madeira.

Eu sei isto porque eles vêm falar comigo e vêm falar com a SATA.

A SATA faz voos para a Madeira, para o Algarve e para as Canárias. Isto é comum em todos os destinos turísticos, Sr. Deputado. Só no seu tempo é que não era comum. O senhor nunca percebeu nada disto, Sr. Deputado. O senhor só queria era o mercado nacional.

O mercado estava aqui prontinho, não era preciso fazer nada. Não era preciso trabalhar para isso.

Agora isso exige trabalho, exige ir às feiras, falar com os operadores, convidá-los para virem e tentar convencê-los.

É evidente que é sempre o privado quem vai decidir, nunca o Governo Regional.

Presidente: Sr. Secretário Regional, tem que terminar.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Este é o caminho a seguir.

Por exemplo, o mercado escandinavo, na época baixa, que é de Outubro a 15 de Março, vai ser feito pela SATA em voo regular.

É uma tentativa de começarmos a entrar no voo regular, mas depois de ter sido feito um trabalho muito intenso por operadores turísticos privados que apostaram e gastaram muito dinheiro no início, que agora já têm o mercado assegurado.

A Dinamarca já passou à frente da Suécia há muito tempo. As pessoas é que ainda não se aperceberam.

A Finlândia está a ter um grande sucesso.

Nós temos em cada um desses quatro destinos operadores diferentes e isso é importante.

Nós precisamos desse mercado porque é o mercado menos sazonal, porque os mercados espanhol, italiano, francês e português são muito sazonais. Vêm de Verão.

No Inverno não vêm, porque têm bom tempo no seu país.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Isso não é um mercado, é uma operação!

O Orador: É essa a nossa necessidade. Nós temos que procurar mercados que nos vêm cobrir no Inverno e esse mercado existe no norte da Europa e no norte da América.

Infelizmente no norte da América ainda não conseguimos encontrar operadores turísticos que viessem cá, mas estamos a tentar. Eu já fui à América várias vezes, já fui ao Canadá e não tive a sorte de encontrar um operador turístico que queira trabalhar connosco. Porquê? Porque eles perguntam “quantas camas o senhor tem?”.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Porquê um e não dez?!

O Orador: Porque nós não somos um destino de massas e aquilo que o senhor ainda não percebeu é que não somos um destino de massas pela nossa própria natureza. Nós temos 5 mil camas em São Miguel e as 4 mil camas estão espalhadas nas outras ilhas. O que o senhor está a dizer é um autêntico disparate.

O senhor fala da carne da Argentina, nós não podemos concorrer com a carne da Argentina porque nós estamos distantes e somos pequeninos, Sr. Deputado.

Deputado Alberto Pereira (PSD): O senhor não conhece o conceito de massificação!

O Orador: Nós estamos a trabalhar sempre em nichos de mercado e todos os operadores que nós estamos a trabalhar são nichos de mercado. Quando eu estou a falar na TUI, estou a falar numa secção da TUI que é um nicho de mercado.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O burquinho de Angra ficou aberto!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

(*) **Deputada Ana Isabel Moniz (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Eu não queria estar a prolongar este debate para além daquilo que já foi esclarecido pelo Sr. Secretário Regional da Economia em resposta ao Sr. Deputado Artur Lima, relativamente às questões da dimensão e da operação charter para a Terceira.

No entanto, e para dar um pouco resposta ao Sr. Deputado Alberto Pereira, quando se refere à questão do quando acabar acabou, gostaria de lhe dizer que estamos a trabalhar também noutros mercados, não é só com os mercados nórdico e escandinavo.

Este ano, por ocasião da BTL, foram lançadas novas brochuras, em russo, polaco e checo, para além das outras línguas que já tínhamos. Isto para dizer que estamos a trabalhar em novos mercados nesta prospecção.

Portanto, nós não nos limitamos a trabalhar só nos mercados nórdicos. Como sabe, temos aqui importantes investimentos feitos, através das ligações directas com a Alemanha, com o Reino Unido e com outros países da Europa. São ligações regulares, não são charter e dizem respeito a esta continuidade da estratégia que temos vindo a desenvolver nos últimos 10 anos.

Também queria recordar que o turismo cresceu tanto nos Açores nos últimos 10 anos, porque nós conseguimos reduzir a nossa dependência do mercado interno.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Isso vai depender da operação charter!

A Oradora: Se nós continuássemos dependentes do mercado interno, com as várias flutuações e crises que têm sido uma constante nos últimos anos, estaríamos desgraçados, porque estaríamos a fazer depender do mercado nacional aquilo que são os investimentos que têm sido apoiados na nossa Região em toda a área da hotelaria e turismo rural.

Penso que esta questão está bem esclarecida. Está-se a trabalhar em novas áreas, estamos a pensar no futuro e a desenvolver uma estratégia já para outros mercados.

Relativamente à questão que o Sr. Deputado Alberto Pereira colocou das receitas médias e da degradação das receitas, esta questão da competitividade, não se pode ver só pela questão das receitas da hotelaria. Se quiser ver por aí, até lhe digo mais: todos os anos o peso dos proveitos que nós verificamos, quer na ilha Terceira, quer na Ilha do Faial, são maiores do que o peso das dormidas.

Portanto, se alguém está a sofrer aqui, com certeza que não é a Terceira e o Faial, porque em termos de total, tem uma percentagem maior em proveitos do que em dormidas.

O que é que isto quer dizer, Sr. Deputado?

Quer dizer que não está a haver degradação nestas duas ilhas.

Para mais, os hotéis nos Açores são muito caros.

Portanto, se quiser falar de competitividade então também vamos falar do preço da hotelaria.

Os hotéis são caros. Não é só o transporte aéreo que condiciona o preço dos pacotes turísticos.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Estou a falar de receita média. Não tem nada a ver com o preço. Receita média não é preço por dormida!

A Oradora: Claro que não é a mesma coisa. Eu não lhe estou a dizer que é a mesma coisa. Eu estou a dizer-lhe que é outra variável que tem que ser analisada.

Se estamos aqui a analisar uma realidade não vamos só olhar para a sua perspectiva redutora. Temos que olhar para outros indicadores.

O que eu lhe estou aqui a dizer é que a hotelaria nos Açores ainda é muito cara.

Como é uma hotelaria cara, o destino não pode ser só competitivo para reduzir tarifas aéreas. O pacote é feito com um conjunto de variáveis, entre elas o preço da passagem aérea, mas também temos que ter aqui em conta o preço da hotelaria.

Portanto, se quisermos falar disso, temos que ter isto em conta e analisar a situação dos Açores relativamente ao contexto do país em que se chega à conclusão de que aqui os preços chegam a ser um preço significativamente mais alto, nalguns casos

comparando até unidades da mesma categoria em que o preço chega a ser 50% mais alto.

Se quer falar disto, nós vamos analisar todos estes factores e ver então o que é que pesa mais na criação do pacote

Reduzimos aqui o nosso debate, estamos aqui sempre a desvirtuar o debate, só com as questões do transporte aéreo quando sabemos que o turismo não vive só do transporte aéreo. Vive também da promoção, como já se discutiu e também vive aqui da oferta de alojamento e da oferta de serviços complementares que constituem todo o produto turístico entre eles a animação turística.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é a minha última intervenção sobre essa matéria.

Sr. Secretário Regional da Economia, o senhor tapou o buraco do Caracol. Fez muito bem. Felicito-o por isso. Resolveu o problema daquele hotel.

Herdou o buraco, segundo o senhor diz, mas já está tapadinho e resolvido.

Sr. Secretário, ouça-me um bocadinho com atenção se faz favor, e o Sr. Vice-Presidente também, que é altamente responsável por isto e também está metido nesse barulho.

O buraco do “Barata” é da responsabilidade quase directa do Sr. Vice-Presidente que anunciou aquilo como um grande projecto integrado da marina, fez a outra parte toda e a “Barata” levou Mafu, está lá mortinha, não aparece, está no buraco.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Há mais buracos do passado!

O Orador: Sr. Secretário, não me interessa os buracos do passado. O que eu estou aqui a perguntar a V. Exa. é como é que resolve o buraco do futuro, porque a responsabilidade é de uma câmara que era socialista, da qual esse senhor era presidente e teve o apoio do Governo, anunciado com pompa e circunstância na altura. Como é que o senhor resolve o assunto?

Quanto às outras questões, lamento, Sra. Deputada, que quando for à Terceira não tenha nada para fazer, mas eu hei-de arranjar-lhe um programazinho quando a senhora for lá.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Diga isso aos operadores!

O Orador: Sr. Deputado José Rego, já não insisto, não vale a pena.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado tocou num ponto certo: como é que está a confiança dos empresários no sector?

No caso da Terceira, eu vejo um novo hotel a crescer.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O da marina?

O Orador: Está lá. Está-se a fazer. Está a concluir-se e penso que no próximo ano está pronto.

Quando em 96 tomei posse, em São Miguel, o hotel Baía Palace estava fechado, ou numa situação de fecha, abre, fecha, abre; o Monte Palace, estava como está hoje, mas já mudou de dono, já há uma perspectiva de desenvolvimento aí; o Hotel do Caracol, na sua ilha, era uma ruína; o hotel das “Baratas” era o Hotel de Angra, que hoje é um hotel novo, renovado.

O senhor vai vendo em todas as nossas ilhas esperança, aposta e um facto é que a nossa oferta duplicou. Neste momento, há um momento de paragem relativo, mas há em vários sectores e em várias áreas um conjunto muito vasto de novas iniciativas. Já não são de 4 estrelas Sr. Deputado, mas 5 estrelas, nesta ilha do Faial e em São Miguel. Portanto, em várias ilhas já estão a ser delineados hotéis de 5 estrelas, coisa que já houve nos Açores, mas fecharam.

Os empresários sabem qual é a altura de apostar.

No caso concreto do hotel junto à marina, há uma situação muito clara. Há um projecto, há um prazo para a entrega do projecto e das suas especialidades. Não

cumpre, sai e entra outro. Mas devo-vos dizer que naquele local, certamente vai ser criada uma unidade hoteleira. Será do “Barata”? Não será do “Barata”?

Vai ser criada uma unidade hoteleira que vai ser revitalizadora de toda aquela área que é fundamental para o plano integrado da Baía de Angra.

Hoje, Angra é diferente, graças a nós, Governo Regional e à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que, na altura, soube aceitar o nosso projecto.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Queria informar a câmara de que o Governo dispõe apenas de 1 minuto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para registar a contradição entre o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Secretário da Economia. Um diz que já não é o “Barata”, é outro que vai fazer; o outro diz que ainda é o “Barata” porque o projecto ainda está em vigor.

Quando a Comissão de Política Geral visitou a Câmara de Angra, e estavam presentes todos os deputados do PS, foi-nos dito que aquele projecto estava “encalhado”.

O senhor admitiu aqui. Ainda bem. Registo que vai sair dali uma unidade hoteleira, pelos vistos sem “Barata”. Aquele senhor ali da frente continua a dizer que é com “Barata”.

O Sr. Vice-Presidente começou a abanar a cabeça.

É com “Barata” ou é sem “Barata”?

Vai nascer um novo projecto!

Naturalmente será sem “Barata”.

É só para registar a contradição, Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção conclusiva para dizer o seguinte:

V. Exas. passaram os últimos anos a acentuar a dependência do mercado nacional como sendo uma coisa perversa e a apresentar a redução dessa dependência como sendo uma grande vitória socialista.

Em alternativa criaram uma dependência, essa sim, pior, porque não é sequer uma dependência de um mercado, é uma dependência de uma operação. Falo, claro, da Escandinávia.

Quanto a isto só tenho a dizer uma coisa: depender de um mercado excessivamente, é perigoso. Depender de dois ou três operadores é verdadeiro suicídio!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Quem é que disse isso?

O Orador: Que fique aqui claro. Que fique aqui este alerta! Para já é laranja, mas olhe que tende para avermelhar.

É importante, Sr. Secretário Regional que fique registada aqui esta posição do PSD e esta profunda divergência com o PS.

Por outro lado, quero dizer que ao menos no Dia Mundial do Turismo era expectável que, perante o que se está a passar no turismo nos Açores, V. Exa. tivesse uma palavra para os empresários, para os profissionais do turismo, para o sector, sobretudo nas ilhas que se defrontam com reduções significativas das dormidas e muitos casos de grande dificuldade para os empresários que, perante esta situação de persistente desajustamento entre a oferta e a procura, se encontram numa situação verdadeiramente aflitiva e na eminência de encerramento de hotéis. Lamentavelmente V. Exa. não se refere a essa questão e mais uma vez que fique registado que não respondeu conclusivamente a nenhuma das questões que eu lhe coloquei, nem sequer às questões que foram afloradas na minha intervenção de tribuna.

Para terminar, quero dizer o seguinte, Sr. Secretário Regional:

Eu tenho a noção de que V. Exa. tem a percepção dos perigos deste modelo e que ao mesmo tempo que o defende por imperativo político-partidário, está a tentar, obviamente, reduzir os riscos inerentes. Procurou outros operadores e,

designadamente, investe agora no mercado nacional após insistências da indústria turística regional e do próprio PSD.

Eu ainda tenho a esperança, apesar de tudo, que V. Exa. um dia destes acabe por lançar o vasto programa de promoção que temos defendido e depois, perante a eventual cessação de uma dessas operações charter e a perda de um dia para o outro de 200 mil dormidas, V. Exa. há-de vir utilizar o argumento que afinal tinham razão e por isso é que lançaram esse vasto programa de promoção. A mesma coisa já aconteceu, aliás, recentemente, com o problema dos transportes marítimos, mas vai ter um problema, Sr. Secretário Regional, se me permite, é que dessa vez vai ser, suponho eu, V. Exa. a ter que fazer esse papel, porque o Sr. Presidente do Governo não lhe fará o jeito duas vezes.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Alberto Pereira levou sempre a ver a perspectiva do turismo, única e exclusivamente, no âmbito dos empresários da área do turismo.

Continuo a dizer que o turismo é importante para os empresários do turismo que apostaram, e continuam a apostar, no desenvolvimento do turismo nos Açores, por aquilo que nós vemos em termos de construção de alguns hotéis de 5 estrelas na Ilha de São Miguel e até aqui no Faial.

Portanto, a esperança dos empresários açorianos na área do turismo não é sombria como o PSD aqui apresentou.

A dependência do turismo dos Açores não é, única e exclusivamente, do mercado nórdico, mas é dependente do mercado nacional e de outros mercados mundiais.

A aposta do turismo dos Açores aqui, pelo Governo Regional, tem sido uma aposta na diversificação e o senhor continua a querer apostar no turismo nacional como sendo uma única aposta para o turismo nos Açores.

Para o Governo Regional dos Açores e para o Partido Socialista a aposta no turismo é no turismo nacional e nos mercados internacionais, nos mercados nórdicos e não só.

Aqui, está a aposta feita noutros destinos que não só a Escandinávia, com o voo de Londres e de Madrid que este Verão foram um sucesso para os Açores e que esperamos continuar a ser no próximo ano, não só para a Ilha de São Miguel, mas para todos os Açores.

Relativamente ainda ao impacto económico do turismo, o que vi nos Açores foi aumentar o número de empresas ligadas a actividades do turismo como as rent-cars; o que eu vi foi alguma falta de resposta de algumas empresas neste âmbito para o dito aumento de camas e turistas que houve nos Açores.

Hoje temos muitos mais turistas nos Açores. Em termos percentuais, nem sequer quero dizer-vos, porque as percentagens poderão ser em relação a 96, como pode ser em relação à história do PS. E a história do PS é uma história que honra os açorianos, é uma história que no âmbito económico para os Açores diminuiu a nossa dependência de um único sector. Hoje temos mais do que um sector, temos o sector do turismo, por isso estamos aqui a discutir esta questão como sendo uma questão económica para os Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Basta só dizer o seguinte:

Trabalho, confiança, desenvolvimento!

O futuro doo sector da economia está no turismo!

Sr. Deputado, nós temos obra feita e todas as pessoas que passam pelas nossas ruas sentem isso.

Turismo, hoje, é uma evidência. Vai ser um forte pilar do nosso desenvolvimento daqui a alguns anos, mas hoje já é uma evidência.

No seu tempo, Sr. Deputado, não o era!

Convido-o, Sr. Deputado, para discutirmos neste Parlamento.

Todas as vezes que o senhor fala, fala do seu tempo, do passado, do seu trabalho e da inércia daquele tempo.

Deputado Alberto Pereira (PSD): O senhor elogiou tanto o meu tempo!

O Orador: Hoje, nós falamos de outro tempo, de uma era de confiança e de desenvolvimento.

Era só isso que vos quero dizer.

Presidente: Encerrado este debate sobre o turismo, para uma intervenção está inscrito o Sr. Deputado Hernâni Jorge, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Da utopia à realidade! – poderia ser o título de uma intervenção que abordasse os investimentos e o progresso que a Ilha do Pico conheceu na última década e que não encontra paralelo no passado, seja ele mais ou menos longínquo. Contudo, não iremos fazer essa análise, pelo menos hoje e aqui.

Nesta ocasião limitar-nos-emos a abordar a recente visita oficial do Governo Regional à ilha do Pico, a qual permitiu constatar – volvidos que estão quase dois anos sobre o início da presente legislatura e quando caminhamos para os dez anos de Governo do Partido Socialista na Região – o elevado grau de cumprimento do Programa do Governo e do manifesto eleitoral do Partido Socialista, no que respeita àquela ilha.

Desse balanço, extremamente positivo, permitimo-nos destacar a apresentação do projecto de ordenamento do Porto da Madalena, obra de extrema importância, pela absoluta necessidade de criar melhores condições de operacionalidade e segurança naquele porto que, embora pequeno e de expansão limitada, regista movimentos consideráveis de passageiros, de carga, de pesca e, também e cada vez mais, de recreio.

O ordenamento do Porto da Madalena comporta, designadamente: melhorias no cais de passageiros, com a construção de um novo posto de acostagem, numa extensão de 75 metros, que permitirá a operação de novos e maiores navios e a construção de uma pala de abrigo em todo o cais de passageiros; a construção do cais de pesca e das casas de aprestos e oficina de reparação naval; a construção do porto de recreio, no

canto da Areia Funda, compreendendo 70 lugares de amarração; e ainda a eventual construção de um quebra-mar destacado com a finalidade de proteger o porto das ondulações dos quadrantes Sul e Oeste, melhorando conseqüentemente as operações na bacia do porto, tudo isto correspondendo a um volume de investimento superior a 12 milhões de euros;

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se as obras para o Porto da Madalena, pela sua importância e volume de investimento, merecem indubitavelmente destaque, há que evidenciar também outras realizações e projectos: a inauguração do novo Matadouro Industrial do Pico e respectiva sala de desmancha de animais veio abrir novos caminhos à lavoura e perspectivar outros horizontes de negócio para o sector.

Com a disponibilização desta nova infra-estrutura e depois da inauguração em 2004 das novas fábricas de lacticínios e da rede de recolha de leite, o Pico ficou, finalmente, dotado de novas e modernas unidades essenciais ao sector agro-pecuário. Ainda neste sector o Governo Regional aproveitou a visita para lançar os projectos de execução do Laboratório Regional de Enologia, sedado no Pico, e da remodelação do Parque de Trânsito Animal do Porto Comercial do Pico e para inaugurar obras no âmbito do projecto de abastecimento de água à lavoura da Ilha que conhecerá em breve mais investimentos.

No que respeita às vias de comunicação, com a pavimentação de alguns ramais e verificado o bom andamento das obras de reabilitação da estrada transversal, o Pico aproxima-se do nível pleno de satisfação ao ponto das preocupações, designadamente de alguns membros do Conselho de Ilha, se terem direccionado para a recuperação das bermas, investimentos que já estão a acontecer no âmbito da conservação corrente executada pelos serviços de ilha da respectiva secretaria regional.

Prosseguindo com o processo de infra-estruturação do novo aeroporto do Pico, foram autorizados os lançamentos do concursos para a instalação do ILS e para a construção dos armazéns de placa e de carga, de forma a completar os investimentos previstos para aquela que, na globalidade, se constitui a maior obra algum dia realizada naquela ilha.

O Governo pôde ainda apreciar o bom ritmo de execução da obra de protecção costeira da Vila das Lajes do Pico cuja eficácia já foi manifesta aquando dos derradeiros temporais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nas áreas sociais destacamos a aprovação, pelo Conselho do Governo Regional da localização, do novo Centro de Saúde da Madalena, criando as condições para que se avance com a elaboração do respectivo projecto de execução e perspectivando, em consequência e a curto prazo, uma melhoria significativa nas condições infra-estruturais e na prestação de cuidados de saúde à população da Ilha.

Ainda no domínio social, mais concretamente no que respeita à educação e à solidariedade, foi decidido o lançamento do concurso para a execução do projecto da nova Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico, assinado um acordo de colaboração com a Câmara Municipal da Madalena para a construção do edifício para a educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico e apresentados os projecto, já em fase do concurso, para execução das obras do Lar de Idosos das Lajes do Pico e do Centro de Acolhimento de Jovens da Obra Social Madre Maria Clara, na Candelária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta dinâmica de investimento fruto de uma enorme e inatacável vontade política do Partido Socialista, claramente contrastando com a estagnação duramente sentida no passado, está à vista e é reconhecida por toda a população. Não foram, pois, de estranhar os públicos elogios e agradecimentos que o Presidente do Conselho de Ilha, repetidamente, dirigiu ao Governo Regional e à sua obra na Ilha do Pico.

Não obstante, o Partido Socialista e o Governo Regional não orientarem a sua acção em cata do unanimismo ou da gratidão fazendo-o antes no cumprimento escrupuloso das obrigações dos respectivos mandatos e imbuídos de um espírito de satisfação das necessidades das populações, é com agrado que registamos as palavras do Presidente do Conselho de Ilha que mais não são do que o expressar de um sentimento genuíno que trespassa todos os picarotos.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Treze, catorze e quinze do corrente, foi a data que o Governo Regional dos Açores escolheu, para em 2006 cumprir a sua obrigação estatutária, para com a ilha do Pico.

A visita do Governo Regional a qualquer ilha, apesar de ser um acontecimento regular, parecendo até padecer já de uma certa rotina, própria de quem vai só para cumprir uma obrigação formal, é sempre localmente um acontecimento digno de registo, uma lufada de ar fresco no clima bucólico que se faz sentir por estas ilhas mais afastadas dos grandes centros, causando sempre alguma expectativa, pelas novidades que poderão trazer, nas instituições e empresas, que nestas estão sedeadas.

Mais uma vez neste caso, nada fugiu à regra. Nem tão pouco a forma displicente e enfadonha com que este Governo Regional encarou e resolveu esta sua obrigação.

Mais do que uma mera obrigação estatutária, que urge cumprir para despachar, estes encontros deveriam ser autênticos momentos de discussão com as forças vivas de cada ilha, eficazmente representadas nos seus concelhos de ilha, de modo que as estratégias de desenvolvimento para cada uma delas, fosse exaustivamente discutida e periodicamente concertada com aquilo que são as expectativas dos agentes locais, que muitas vezes quem sabe com quanto custo, alavancam esse mesmo desenvolvimento.

Não quero no entanto fazer parecer, que esta visita do Governo Regional, à ilha do Pico, nada teve de positivo. Não é assim que gostaria de ser interpretado. Ela comportou, sem dúvida aspectos muito positivos. Por esses, felicito e congratulo o Governo Regional. Gostaria contudo que entendessem, que é com a mesma frontalidade e honestidade que reconheço o mérito, que vou apontar o dedo àquilo que em minha opinião não foi tão bem sucedido, nesta busca que nos move a todos, Governo e oposição, da perfeição naquele que deverá ser sempre o melhor serviço ao povo Açoriano.

Este Governo apresentou nesta visita, alguns projectos interessantes, dos quais destaco: o projecto de Requalificação da Reserva Florestal de Recreio da Quinta das Rosas, o projecto do Laboratório Regional de Enologia e o projecto de reordenamento do Porto da Madalena. Este último é sem dúvida um excelente projecto, que a concretizar-se, resolve de vez os problemas emergentes da actual infra-estrutura.

Inaugurou o matadouro industrial do Pico, obra estruturante para o desenvolvimento da ilha, embora este só venha a entrar em pleno funcionamento daqui a alguns meses ... enfim geriu expectativas.

Mas nem tudo foram rosas. Ou melhor, ao abrir o seu regaço, este Governo pretendia que apenas caíssem rosas, só que desta vez estas tinham alguns espinhos. Espinhos aguçados que ficaram cravados, nas ilusões do povo do Pico.

Todos nós sabemos que governar é sobretudo estabelecer prioridades e que quem governa não consegue executar tudo o que é necessário, em simultâneo. Mas nem é disso que se trata e se pedia.

Depois de na visita do Governo Regional à Ilha do Pico em 2005 e quando confrontado com as preocupações do concelho de Ilha, sobre a exclusão do Pico das majorações resultantes do Fundo de Coesão, o Sr. Presidente do Governo Regional disse que o Fundo de Coesão era para avançar tal como estava decidido, sem prejuízo de volvidos um ano sobre a sua aplicação reavaliar-se essa decisão.

Seria no mínimo de esperar, que um ano depois e perante a preocupação do concelho de ilha, de novo sobre este tema, que este Governo, nesta visita, trouxesse mais do que uma resposta algo lacónica e redundante do Sr. Presidente do Governo Regional, em tudo idêntica ao que já havia sido dito por parte deste Governo, há um ano atrás.

Dizer que a ilha do Pico apresenta bons níveis de desenvolvimento, que regista níveis de aproveitamento dos vários programas de incentivos ao investimento muito satisfatórios e que o povo do Pico é dinâmico empenhado e trabalhador, apesar de verdade, sabe a pouco, já não é novidade e já deixou de encantar.

De tudo isto o povo do Pico está consciente. Se o povo do Pico não fosse empenhado e trabalhador, teria porventura sobrevivido às condições duríssimas daquela ilha?

O que o povo do Pico não consegue entender, são as afirmações do Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores e do Sr. Secretário Regional da Economia, de que o nível de desenvolvimento que a ilha do Pico regista actualmente, permitem-no dispensar as majorações que resultaram da criação do Fundo de Coesão.

Que efeito não teria nesta gente, se ao invés, este empenho e esta capacidade de trabalho pudesse ser reconhecida e premiada.

Estas afirmações são, na maior parte das vezes, sustentadas pelo interesse que o Pico despertou em alguns investidores de fora da região, na sequência do conjunto de investimentos realizados no aeroporto desta ilha e com a possibilidade desta gateway, poder vir a receber voos directos do exterior.

E esta questão leva-nos directamente a outra, tão ou mais premente do que a primeira, que está na ordem do dia das preocupações e reclamações dos picoenses. O aumento de voos do exterior directamente para aquele aeroporto. Reivindicação tão justa quanto merecida.

Por isso não se entende que este governo também nesta questão, pelo titular da pasta da economia, não tenha deixado uma resposta que acabe de vez com os piores temores das gentes do Pico, de que mesmo depois de instalados os depósitos de combustível, a questão não vai ser facilmente resolvida com as transportadoras.

É fácil para qualquer pessoa entender que uma rota não se constrói num dia nem num ano, no entanto o que se pedia era só mais um voo e que nenhum destes passasse pela Terceira, como se verifica actualmente, com claro prejuízo para os passageiros destas duas ilhas. Com apenas um voo e ainda por cima com escala nesta ilha, como poderá esta rota crescer e consolidar-se, enfim, afirmar-se só por si?

Os mais cépticos já dizem que o argumento dos depósitos de combustível, não passa disso mesmo, para esconder dificuldades de outra natureza.

É que este aeroporto só será uma obra verdadeiramente importante para o desenvolvimento desta ilha, quando efectivamente tiver uma utilização condizente com o objectivo da sua construção. Doutra forma o esforço e investimentos ali aplicados, não terão valido a pena.

E sem aeroporto a funcionar em pleno, é manifestamente cedo para afirmar-se que a ilha do Pico está muito mais próxima, em termos de desenvolvimento, das ilhas que estão excluídas das majorações criadas pelo Fundo de Coesão.

Finalmente a resposta à questão levantada sobre o porto de São Roque veio demonstrar que este Governo, a médio prazo, não tem nenhuma intenção de ali realizar qualquer tipo de investimento.

É preciso ter sempre presente que o porto de S. Roque do Pico é o porto comercial por excelência desta ilha, o porto por onde entram e saem todas as mercadorias e que na ilha do Pico não existe actualmente outro que possa cumprir convenientemente esta função.

Por outro lado, este porto tem um papel importantíssimo como porto de passageiros, no contexto do desenvolvimento do transporte marítimo de passageiros do triângulo, enquanto ponto de ligação privilegiada com a ilha de S. Jorge.

Por tudo isto, e pela importância que esta infra-estrutura representa para o desenvolvimento da ilha do Pico, escamotear as questões levantadas no concelho de ilha, a este propósito, é tentar iludir o povo do Pico sobre a sua importância e defraudar as expectativas até aqui criadas e alimentadas.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jaime Jorge:

Concordo em absoluto consigo quando diz que o momento de encontro do Governo com o Conselho de Ilha devia ser um momento de discussão, de debate, mas há que reconhecer que o Governo estava lá, estava disponível para a discussão e para o debate e os conselheiros não quiseram debater, não questionaram, não se manifestaram de forma alguma e se exceptuarmos a intervenção do Sr. Presidente do Conselho de Ilha, que se congratulou com a acção desenvolvida pelo Governo Regional, nenhum dos conselheiros se manifestou.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O Sr. Deputado também é conselheiro!

O Orador: Sr. Deputado Bolieiro, pode continuar à vontade, porque ruídos de fundo não me atrapalham.

Como sabe, aliás já falámos nisso, não éramos nós, os 4 deputados eleitos pelo círculo eleitoral do Pico, que nem direito a voto temos no Conselho de Ilha, que naquele momento e naquele fórum éramos as pessoas mais indicadas para questionar e debater essas questões, visto que aquele era o momento de dar oportunidade a quem não tem oportunidade em outros fóruns de se defrontar, de questionar, de debater ideias e de pedir explicações ao Governo. Ninguém o fez!

As únicas intervenções foram os esclarecimentos do Governo e o esclarecimento muito claro, e já aqui explicado na intervenção do Deputado Hernâni Jorge, do Presidente do Conselho de Ilha, que de uma forma pública e muito clara elogiou a acção do Governo relativamente à sua intervenção, no que diz respeito à Ilha do Pico. Até nas questões que dizem respeito ao Fundo de Coesão, e sobre a qual já aqui, quer em comissão, quer em plenário, nos debatemos muitas vezes, na reunião do Governo com o Conselho de Ilha, o Sr. Presidente do Governo, o Presidente Carlos César, afirmou muito claramente que os picoenses valem mais do que qualquer Fundo de Coesão. Isso não foi contestado, não foi comentado, não foram pedidos esclarecimentos, o que pressuponho que os conselheiros estavam de acordo. Se não tinham nada a perguntar, se não colocaram nenhuma questão, pressuponho que estavam de acordo, pressuponho que entenderam, e provavelmente entendem, que as condições sócio-económicas da ilha se alteraram nos últimos anos e de que eventualmente já teremos as ferramentas e os instrumentos necessários para podermos avançar sem este fundo de coesão que para outras ilhas, com outras carências, é absolutamente necessário e fundamental para o seu desenvolvimento.

Relativamente ao porto de São Roque do Pico, lembro ao Sr. Deputado Jaime Jorge que essa é uma questão que ainda fica de fora, e é das poucas que fica de fora, relativamente ao cumprimento integral do nosso manifesto eleitoral, mas lembro-lhe que esta legislatura vai até 2008 e de que o nosso manifesto eleitoral era muito claro, falava no estudo, no projecto e no encontrar de uma solução para a situação e desenvolvimento em concreto do porto de São Roque do Pico.

O Governo já não tem mais tempo, mas nós mantemos esse compromisso de que nesta legislatura apresentaremos em devido tempo aquele que é o nosso entendimento e aquilo que entendemos ser a nossa solução para o porto de São Roque do Pico. Esse é o nosso único compromisso e apresentar uma solução durante esta legislatura.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E o matadouro? Está pronto ou não?

Deputado Lizuarte Machado (PS): Está pronto!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Lizuarte Machado:

De facto, comecei a minha intervenção por saudar, felicitar e congratular-me por o Governo ter deixado no Pico um conjunto de obras que são importantes, algumas delas estruturantes, como é o caso do Matadouro.

Não tive a preocupação de estar a nomear todas as obras importantes que o Governo deixou no Pico, mas também fiz uma breve passagem pelo conjunto de projectos. Destaquei os três que considero mais importantes, que o Governo deixou nesta visita no Pico, mas não pude, com a mesma frontalidade e como ficou devidamente expresso na minha intervenção, deixar de apontar o dedo a três aspectos desta visita que, na minha opinião, não foram suficientemente aprofundados.

Alguns – e o primeiro foi o Fundo de Coesão – resultavam até de uma promessa do Sr. Presidente do Governo na anterior visita, na visita do ano passado, e onde deixou na expectativa do povo do Pico a ilusão de que este assunto deveria ser, e iria ser, abordado com uma outra profundidade não deixando até, o Sr. Presidente do Governo...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): O senhor acredita que o povo do Pico está pensando no Fundo de Coesão?

O Orador: Está sim, Sr. Presidente. Muitos dos empresários do Pico estão preocupados com o Fundo de Coesão.

Eu não estou preocupado agora com isso, Sr. Presidente. A minha preocupação é que os empresários do Pico tenham o mesmo nível de oportunidade que têm os das outras

ilhas, considerando que todos eles, e a apreciar pelos comentários de rua, não têm a esse respeito a mesma opinião que tem o Sr. Presidente do Governo e o Sr. Secretário da Economia, e continuam a debater-se para verem satisfeitas estas suas pretensões, para terem níveis de majoração condizentes com o seu nível de desenvolvimento.

Relativamente à questão do aeroporto do Pico, é evidente que falta um conjunto de infra-estruturas para aquele aeroporto. Reconhecemos isso. Mas suspeitamos que o problema é bem mais profundo, Sr. Secretário.

Suspeitamos que, mesmo resolvida a questão do ILS, mesmo resolvida a questão dos armazéns de apoio para aquela infra-estrutura, os voos não vão aparecer logo de seguida.

Relativamente ao porto de São Roque, é caso para perguntar, Sr. Deputado Lizuarte, se o Sr. Secretário Regional da Economia tem conhecimento do vosso compromisso eleitoral, porque da forma como ele respondeu à questão levantada pelo Vice-Presidente da Câmara de São Roque, dá a ideia que nem nesta legislatura, nem na próxima, haverá investimentos naquela infra-estrutura.

Aquela infra-estrutura é importante. É o único porto comercial da Ilha do Pico e é um porto de passageiros muito importante para as ligações marítimas que existem neste momento com a Ilha de São Jorge e estabelecidas no triângulo.

Portanto, estas três questões, na minha opinião, foram habilmente contornadas, possivelmente, porque, ou as perguntas surpreenderam o Governo no Conselho de Ilha, ou então não haviam respostas para estas questões.

Devo dizer ainda outra coisa, é que esta intervenção é a minha opinião. Eu não me sinto habilitado, nem autorizado, para falar aqui em nome dos conselheiros do Conselho de Ilha. Portanto, não tenho nem assumo qualquer responsabilidade pelo facto deles nessa reunião, nesse encontro com o Governo, não terem levantado nenhuma questão, nem terem apresentado nenhuma dúvida, nem terem debatido nenhuma das questões menos bem respondidas ou mais mal resolvidas.

Esta é a opinião do Deputado Jaime Jorge que encontrou aqui, neste espaço, tal como no Conselho de Ilha, um espaço próprio e digno para discutir estas questões com o Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, lembro que estamos a atingir o nosso tempo para interrupção para intervalo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jaime Jorge:

Uma intervenção muito curta. Julgo até que podemos concluir por hoje este debate.

Relativamente às questões do Fundo de Coesão é óbvio que nenhum de nós responde aqui pelos conselheiros. É evidente e isso é claro.

Mas também é evidente que na sequência das afirmações produzidas pelo Sr. Secretário da Economia, na reunião do Governo, com o Conselho de Ilha, e na sequência da afirmação do Sr. Presidente do Governo de que os picoenses valem muito mais do que qualquer fundo de coesão – lembro-lhe que estava lá o representante da associação empresarial do Pico – nenhum conselheiro questionou o Governo ou o Sr. Secretário relativamente ao que é que tinha acontecido de um ano para o outro, quais eram as alterações sócio-económicas, o que é que tinha acontecido para que essa questão não estivesse neste momento a ser equacionada. Aquele tinha sido o momento oportuno para o fazer. Não o fizeram. Pressuponho que estão de acordo com aquilo que foram as afirmações proferidas, quer pelo Sr. Secretário da Economia, quer pelo Sr. Presidente do Governo.

Relativamente ao aeroporto, concordo em absoluto consigo.

Foi anunciado um conjunto de instrumentos que ainda faltam no aeroporto do Pico. São vários. Não os vou enumerar, de resto, nem os tenho presentes de memória, mas são vários e fundamentais.

Não vão trazer aviões, é evidente que não vão. A questão dos aviões vai ser sempre uma questão complicada, vai ser sempre uma batalha, mas a batalha do aeroporto também foi uma batalha complicada e nós vencemos essa batalha e vencemos mesmo contra o PSD, contra governantes do PSD oriundos do Pico que tinham subscrito documentos que inviabilizavam por completo a ampliação do aeroporto do Pico.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é verdade!

O Orador: É verdade, Sr. Deputado, e isso já foi aqui discutido várias vezes. Os documentos são públicos

Deputado Jorge Macedo (PSD): E a verba que veio para o Pico foi conseguida quando? Com o Governo de Sócrates? É preciso ter lata!

O Orador: Eu sei que o senhor não se revê nisso, como de resto tenho que lhe reconhecer absoluta honestidade intelectual na sua intervenção.

Elogiou aquilo que entendia que entendeu elogiar e como é seu dever e seu direito criticou aquilo que entendeu criticar.

Nós vencemos a batalha do aeroporto e também venceremos, certamente, a batalha dos voos, porque o Pico vai crescer em termos de mercado. Vamos vencer seguramente a batalha dos voos.

O Pico está a crescer, vai continuar a crescer e não temos dúvidas nenhuma que também vamos vencer essa batalha.

Relativamente ao porto comercial do Pico, como costume designá-lo, é evidente que é uma estrutura fundamental para o abastecimento da ilha e também para o movimento de passageiros, sobretudo nas ligações a São Jorge e nas ligações à Terceira. É fundamental, porque nos circuitos marítimos, os passageiros fazem sempre os percursos mais curtos. É sempre, invariavelmente, assim. Desse ponto de vista, o ordenamento do porto e aquilo que tiver que ser feito é fundamental para o Pico, é fundamental para São Roque do Pico, para o ordenamento de toda a baía.

Nós assumimos esse compromisso.

O Sr. Secretário da Economia sabe disso, mas em termos de elaboração de manifesto eleitoral já o sabia, como também o sabia o Sr. Presidente do Governo.

Nós somos pessoas de honra. Assumimos e cumprimos os nossos compromissos. De resto, os picarotos seguramente não têm dúvida nenhuma disso, como o têm manifestado desde há alguns anos a esta parte.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge. Seja breve, por favor.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Muito obrigado. Vou tentar ser o mais breve possível.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às questões da visita do Governo penso que está tudo dito. Não vou perder mais tempo com elas, mas há na sua intervenção, Sr. Deputado Lizuarte Machado, a repetição de uma questão que merece da nossa parte uma chamada de atenção. Tem a ver com chamar às questões do aeroporto “uma batalha nossa, que foi ganha por nós”.

Eu devo dizer que o aeroporto do Pico foi uma batalha ganha pelos picoenses, ganha pelos açorianos...

Deputado Lizuarte Machado (PS): E só ganharam porque votaram em nós!

O Orador: Desculpe. Não foi uma batalha travada só pelo Partido Socialista e por este Governo.

Eu devo lembrar uma reunião – e o Sr. Secretário Regional da Economia esteve lá – no Hotel Caravelas, promovida pela Associação de Municípios da Ilha do Pico, dos três municípios que eram do PSD, que levaram este tema à discussão e que pressionaram também com os instrumentos que tinham à sua disposição este aeroporto.

Portanto este aeroporto não é, digamos, uma obra exclusiva deste Governo. A sociedade picoense, através das suas forças vivas, através das suas autarquias, toda ela se empenhou na construção desta infra-estrutura.

Não é lícito que o Governo e o Partido Socialista reclamem esta infra-estrutura como exclusivamente sua.

Muito obrigado.

Presidente: Já percebi que o debate vai continuar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma questão muito simples para encerrar.

Em 95, quando surgiu o estudo subscrito pelo Governo do PSD, e um dos membros do Governo era natural do Pico, onde é que estavam essas forças de pressão para se oporem a esse estudo do PSD que dizia claramente que não era tecnicamente possível e que o aeroporto não podia ser ampliado?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Andavam em visita oficial!

O Orador: Onde é que estavam essas forças de pressão quando o Governo fez a visita oficial ao Pico em 95 e isso foi apresentado?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, desconheço onde é que estavam. Desconheço todo este episódio que o Sr. Deputado Lizuarte se refere. Não me recordo. Não presenciei, não posso responder por ele, mas não deixo de aproveitar esta oportunidade, Sr. Presidente, para lamentar que não venhamos a ter um intervalinho no fim deste debate.

Sobre este assunto não tenho mais nada a responder.

Muito obrigado.

Presidente: Então vamos fazer o nosso intervalo até às 18 horas.

Eram 17 horas e 35 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 10 minutos.

O primeiro ponto da nossa Agenda da Reunião é a **Proposta de Decreto Legislativo Regional - "Aprova as bases da concessão, projecto, construção, financiamento, conservação e exploração dos lanços rodoviários e respectivos troços, na Ilha de S. Miguel, em regime de portagem sem cobrança do utilizador (SCUT)";**

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo para apresentar o diploma.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com a apresentação a esta Assembleia, para discussão e aprovação, da Proposta de Decreto Legislativo Regional que “Aprova as bases da concessão de concepção, projecto, construção, financiamento, conservação, e exploração dos lanços rodoviários e respectivos troços, na ilha de S. Miguel em regime de portagem sem cobrança ao utilizador (SCUT)”, o Governo Regional dos Açores conclui, após

complexos e aturados trabalhos técnicos e empenhamento político, a fase da preparação, lançamento e selecção da concessionária do denominado processo das SCUT.

Ao longo deste período, o Governo Regional tudo fez para que se chegasse a este momento. Desde logo, preocupando-se em que todo o processo decorresse de forma célere e devidamente fundamentada, tendo sempre em conta os objectivos da Região num projecto que, pela sua complexidade e inovação, nos Açores, se revela como pioneiro no modo como se concebe e constrói o futuro das nossas ilhas.

Por outro lado, porque foi a nossa firmeza e empenho que permitiu uma resposta eficaz e fundamentada quando, em determinada fase, alguns tentavam desesperadamente a sua anulação, tendo a Região sabido contrapor argumentos válidos que permitiram a sua continuidade.

Aqui, como em todas as outras ocasiões, o Governo Regional esteve atento, participante e empenhado na defesa dos interesses dos açorianos.

E nesta postura assenta, sem sombra de dúvidas, o sucesso da nossa actuação porque, para nós, os Açores e os açorianos estão sempre primeiro!

Com a conclusão do conjunto das obras aqui previstas neste projecto, a ilha de S. Miguel ficará dotada de cerca de 90 quilómetros de via rodoviária moderna e de qualidade técnica superior, ao nível dos mais elevados padrões de construção rodoviária.

Na verdade, é errado e redutor avaliar a concretização do projecto das SCUT como implicando uma mera alteração, ainda que de magnitude considerável, no panorama rodoviário da Ilha de S. Miguel.

Este projecto vem viabilizar todo o potencial de crescimento económico existente no triângulo Ponta Delgada/Lagoa/Ribeira Grande, um dos principais pólos de desenvolvimento da economia Regional.

Possibilita, igualmente, a plena integração de Vila Franca de Campo e Povoação nessa área de dinamismo económico assegurando, de modo directo, um contributo importante para o sucesso de esforço e reforçou os níveis de coesão económica interna, ao possibilitar também condições ímpares para que a décima ilha dos Açores, o Nordeste, se desenvolva de modo incontornavelmente mais célere.

Deste modo, o Projecto das SCUT potencia a economia dos Açores e irá ampliar, indubitavelmente, a capacidade endógena da Região de construir a sua coesão territorial interna assumindo, por isso, uma importância estratégica determinante para o sucesso do processo de crescimento e convergência da economia açoriana, pelos efeitos directos e indirectos dinâmicos que suscitará.

Por outro lado, e não menos importante, a justificação económica das SCUT's, não é nem será qualificada de modo negativo ou colocada em causa por uma eventual fragilização futura sustentabilidade financeira das finanças regionais.

Este investimento produz, pelo contrário, um efeito sobre o crescimento da riqueza e do produto regionais e induzirá o reforço directo da base contributiva regional. Mas, mesmo não entrando em linha de conta com esse efeito, o esforço financeiro implicado pela concretização das SCUT's será facilmente comportado pelo orçamento da Região Autónoma dos Açores.

A Região irá despender, ao longo de 30 anos, cerca de 325 milhões de euros a valores actualizados. Isso implicará uma prestação média anual de cerca de 13 milhões de euros.

A prestação anual mais elevada ocorrerá em 2013, com o montante de 20,6 milhões de euros, e a mais baixa em 2036, com 7,5 milhões de euros. Se pressupusermos, para o período em causa, uma taxa de crescimento médio anual do PIB real dos Açores de 2,5%, aquela prestação de 20,6 milhões de euros representará 0,65% do PIB de 2013, e 0,14% por cento do PIB de 2036, ano final da concessão das SCUT.

Medida à luz do investimento público efectuado no corrente ano na Região, inscrito no capítulo 40 do Orçamento, essa prestação quedar-se-á pelos 4%, sendo um montante significativamente inferior ao já disponibilizado anualmente na reabilitação da rede viária regional.

As SCUT justificam-se, deste modo, pelo seu impacto positivo para a economia dos Açores sendo sustentáveis do ponto de vista do esforço que é pedido às finanças regionais para as concretizar.

Importa, igualmente, realçar que este projecto foi aquele que, nos Açores, e muito justificadamente, atendendo à sua dimensão, foi sujeito a um nível superior de escrutínio público e de sindicância, inclusive por parte da Comissão Europeia, tendo

sido dado sempre razão à Região em todas as instâncias em que as decisões do Governo Regional foram colocadas em causa.

O Governo Regional dos Açores iniciou oficialmente o processo das SCUT em Março de 2002, quando, através de Resolução do Conselho de Governo, se aprovou o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos do projecto.

Mediou entre esse dia e a presente data, cerca de quatro anos e meio.

Durante este período verificaram-se os processos de sindicância que decorreram nos Tribunais e o escrutínio levado a cabo pela Comissão Europeia. Mas a razão principal do tempo que decorreu resultou da complexidade do que estava em jogo e da vontade política do Governo Regional dos Açores em imputar a todo o processo o máximo de qualidade e segurança técnica, pugnando sempre pela imparcialidade e transparência em todos os seus procedimentos.

O objectivo foi sempre o de maximizar o resultado líquido esperado do projecto, em termos qualitativos e quantitativos, do ponto de vista social, económico e de sustentabilidade ambiental, para a Região Autónoma dos Açores.

O processo de escolha da concessionária das SCUT e logo a definição do perfil financeiro esperado da concretização e operacionalização do projecto, cumpriram com os parâmetros e os requisitos previstos no Programa do Concurso e no Caderno de Encargos, e os pressupostos quanto à evolução futura do tráfego na rede viária abrangida pelo projecto foram sujeitos à devida avaliação de sensibilidade ao risco.

Na avaliação das propostas concorrentes, a componente financeira, a valia financeira das propostas, foi ponderada por um valor superior (60%), ou não estivéssemos perante um *Project Finance*, sem nunca descurar a maximização da sua valia técnica.

Na apreciação financeira das propostas, além do recurso aos indicadores habituais de definição da estrutura de pagamentos conducente à minimização do esforço financeiro da Região, da caracterização do risco associado a diversos cenários de evolução do tráfego e do seu impacto na sustentabilidade da gestão do projecto, foi dada a devida atenção à solidez da estrutura financeira, empresarial e contratual dos concorrentes em presença e das suas propostas, aliás bem patente na selecção final do maior grupo mundial de concessões de auto-estradas e maior construtor europeu de vias rodoviárias que venceu este processo.

A opção tomada, definida no caderno de encargos e confirmada na presente Proposta de Decreto Legislativo Regional, imputa à empresa concessionária todos os custos, responsabilidades e riscos financeiros da construção e da manutenção da rede viária a executar e necessárias a aquisição/expropriação de terrenos, assumindo o Governo Regional apenas o encargo do pagamento de uma tarifa, por veículo/quilómetro que circular nas vias concessionadas. Não existe, por isso, qualquer risco e responsabilidade para a Região pelos custos efectivos da construção, conservação e manutenção da rede viária proposta ou resultante da aquisição de terrenos.

No que respeita à apreciação técnica das propostas, também aqui o procedimento seguido foi bastante exigente. Foram analisados e ponderados quer a qualidade de concepção e construção, quer os prazos de execução, e, particularmente, o cumprimento dos condicionalismos ambientais e preservação paisagística, sem nunca esquecer o modo como as diferentes propostas se posicionavam face à qualidade e segurança do serviço.

O Governo Regional dos Açores, ao submeter este Projecto de Decreto Legislativo Regional à apreciação e votação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, fá-lo com orgulho e com a plena confiança no impacto estruturante significativo que as SCUT terão na evolução futura da economia açoriana e com a certeza de que a condução deste processo assegurou todas as condições para que os objectivos pretendidos e os resultados esperados se concretizem dentro das margens de segurança financeira por ele definidas.

Não estaremos, como por vezes se ouviu, a hipotecar o futuro da nossa Região.

Estaremos sim, neste como em outros projectos, a criar os mecanismos de desenvolvimento sustentado e de crescimento económico dos Açores, dotando a Região das infra-estruturas e dos equipamentos essenciais para a sua evolução, e sempre atentos aos processos de convergência e de redução das assimetrias regionais. É neste contexto que a presente proposta deve ser analisada e ponderada.

Como fazendo parte de um conjunto de investimentos estruturantes que, de Santa Maria ao Corvo, o Governo Regional tem vindo a desenvolver, seja no âmbito das infra-estruturas rodoviárias, como por exemplo a via rápida Angra/Praia cuja adjudicação irá ocorrer ainda este ano, seja no âmbito da construção de novas

unidades de saúde, seja no âmbito do Turismo, das Pescas, da Agricultura ou dos transportes marítimos.

O esforço que temos vindo a fazer tem mudado, de forma inequívoca, as nossas ilhas. Hoje, com a discussão e aprovação deste Diploma, damos mais um passo nesse sentido.

Um passo com responsabilidade, sustentado económica e financeiramente, e que permitirá, estamos certos, continuar a mudar os Açores para melhor!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

(Neste momento o Deputado Cláudio Lopes foi substituído, no lugar de Secretário da Mesa, pelo Deputado Mark Marques)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho para uma primeira intervenção.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não queremos deixar de lembrar a forma como esta Proposta de Decreto Legislativo Regional chegou a esta Assembleia há pouco mais de uma semana, nem a tentativa frustrada da mesma ser discutida em plenário extraordinário no início deste mesmo mês.

Em qualquer dos momentos recordámos os atrasos e os recuos, os episódios de um processo que leva 5 anos.

A falta de informação para a qual procurámos compensação nos últimos dias seria evitável, caso o Governo Regional se dispusesse a ter consideração por esta Assembleia.

Consideramos, no entanto, que não é razoável que as populações abrangidas por este processo se confrontem mais uma vez com a lentidão que desde o início o caracterizou.

Em 2001 dissemos sim!

Dissemos sim, porque entendemos que essa também seria a forma de rapidamente se construírem as estradas que a população de diversas áreas da Ilha de São Miguel tanto necessita há muitos e muitos anos.

Dissemos sim, porque considerámos que essa também seria a maneira da actividade económica de parte da Ilha de São Miguel poder iniciar um período de maior prosperidade.

O andamento do processo, no entanto, mostrou uma realidade bem diferente.

A verdade é que, passados 5 anos, as estradas não existem!

Continuamos, tal como em 2001, a pensar que as pessoas merecem essas vias. Merecem e merecem rapidamente!

O processo não pode sofrer novos atrasos.

Basta!

Em 2006, 5 anos depois, mais uma vez diremos sim, porque achamos que a população não pode ficar eternamente à espera, continuamente embalada em permanentes promessas, sempre e sempre adiadas.

Votaremos a favor, mas ficaremos atentos.

Iremos acompanhar a evolução do processo.

Actuaremos, se nos deixarem, para evitar mais atrasos do que aqueles que caracterizaram estes 5 anos de insuportável espera.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Queremos ver rapidamente as estradas que a população dos diversos concelhos da Ilha de São Miguel há muito tempo anseia.

Deixamos apenas uma sugestão, ou um alerta: a execução dos lanços previstos na alínea b), do nº 3, da base 23 da concessão, merece, tal como a definida na alínea a) do mesmo número referente ao lanço via rápida Lagoa/Ribeira Grande, prazos bem definidos.

É pouco estabelecer apenas um prazo máximo de 5 anos, ainda para mais sem discriminação por vias. É insuficiente e é perigoso!

Naturalmente assenta em prazos realistas.

As populações abrangidas por aqueles lanços também merecem ter expectativas bem determinadas. Estão à espera há muitos anos! Têm esse direito!

O Governo Regional tem esse dever!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Quem vos viu e quem vos vê!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Hoje, nesta casa, nesta Assembleia, vamos aprovar as bases de concessão da obra pública em regime de portagem que esta Assembleia havia aprovado em 2001. Havia aprovado de uma forma maioritária e que visava e visa o desenvolvimento de um conjunto de estradas na Ilha de São Miguel, que terão impacto nesta ilha, como nas outras ilhas dos Açores, porque qualquer desenvolvimento de uma ilha dos Açores é o desenvolvimento de todos os Açores.

O PS, com esta aposta nestas vias de São Miguel, não descarta o investimento em estradas em outras ilhas dos Açores, como o tem feito e continuará a fazer no futuro.

Quando todos os açorianos conhecem o progresso que tem havido no sistema rodoviário dos Açores, não é correcto vir com comunicados como ouvimos ontem, que diziam que as estradas dos Açores são uma desgraça.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Não leu o comunicado!

O Orador: Relativamente aos atrasos, julgo que o Sr. Vice-Presidente foi muito claro ao referir as razões de alguns dos atrasos aqui patenteados.

Se dúvidas houvessem em relação a esses atrasos, eu julgo que toda a gente sabe por que é que houve algumas sindicâncias ou por que é que houve algumas queixas a Bruxelas.

Eu julgo que neste momento ele é mais importante para os Açores do que andarmos a estudar o porquê de alguns atrasos. Se fôssemos estudar o porquê de alguns atrasos, a culpa não ia morrer solteira e não ia ser única e exclusivamente deste Governo Regional.

Por isso, julgo que todos estamos de parabéns nos Açores por se ir dar um passo em frente numa parceria público-privada em que irá contar no futuro não só com a participação do dinheiro dos Orçamentos da Região para esse desenvolvimento, mas a participação de privados no investimento que será muito importante, digo, para a Ilha de São Miguel e para os Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(*) **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de, em primeiro lugar, dizer que, face a algumas peripécias deste trajecto por parte da oposição,...

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Não, não. Por parte do Governo!

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Por parte do Governo. Já deviam estar a inaugurar a obra!

O Orador: ... hoje vemo-la aqui a aprovar este projecto, mas parece que estão de luto.

O PSD já nos habituou a fazer “metros de requerimentos”, mas nós estamos habituados a fazer quilómetros de estradas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A verdade é que este projecto foi aqui hoje assumido, e o Governo já várias vezes o tinha dito, como exemplar ao nível da transparência da legalidade da economia, da eficiência e da eficácia do próprio projecto, da universalidade da especificação, da anualidade e também do controlo.

Isto significa várias coisas que nós sabemos:

- a transparência, porque desde o primeiro momento a concessão foi feita com base em diplomas, em resoluções, em situações, como já aqui foi dito pelo Sr. Vice-Presidente, sindicadas pela Comunidade Europeia, pelos Tribunais, pela oposição, por tudo o quanto podia ser sindicado;

- a legalidade, porque isso foi feito com base em diplomas legais, na Lei de Bases e no Estatuto da Região. Portanto, também aí não havia nada a dizer;

- os aspectos económicos, da eficiência, da eficácia, ou seja, o gastar bem, o ter uma relação entre custo/benefício, que também é desejável e útil para a Região, e da eficácia em relação aos resultados que estão previstos, também já foram aqui exprimidos pelo Sr. Vice-Presidente. Isso, aliás, é matéria estudada desde há 30 anos pela Europa e por Portugal. Portanto, isso também não é questionado aqui, nem pode ser;

- a equidade, que tanto foi falada pelo PSD ao longo deste tempo, que havia uma hipoteca do futuro. Nada mais errado! Nada mais errado do que atendermos e entendermos que as gerações futuras só serão beneficiadas com este projecto e a quota parte desta primeira geração, que entendeu levar a cabo este projecto tem, de facto, já um esforço financeiro. Uma segunda geração, poderíamos chamar assim, vai ter também uma parte do projecto para pagar e para usufruir dele. Uma terceira geração, depois de 30 anos, não pagará nada. Usufruirá deste projecto de uma maneira inteligente, sob o ponto de vista do que é o conceito da própria concessão.

Daqui a 30 anos as estradas estão adaptadas ao tráfico. São novas, sem mais nenhum custo para o utilizador. Os senhores fartaram-se ao longo desta trajectória de utilizar o cliché sem fundamento conceptual da hipoteca do futuro. Não faz sentido. Foi mais um erro que acabaram por elaborar em todo este processo.

Depois, não faz sentido também falar no controlo do processo.

O controlo do processo é feito pela Assembleia Legislativa Regional, é feito pelo Tribunal de Contas e é feito pelo próprio Governo com a estrutura de acompanhamento da concessão, mas os senhores também duvidaram permanentemente e na última audição percebeu-se, ainda que nós entendamos que não se tivessem preparado desde 2002 até agora, a vossa falha.

Ao fim e ao cabo, o que hoje aqui nós verificamos é que a trajectória do Governo foi correcta, o projecto é bom, tecnicamente vai servir a Ilha de São Miguel e acaba por resolver um problema que tem séculos na Ilha.

Ao fim e ao cabo, o PSD, hoje, não fez mais do que emendar a mão perante todas as dificuldades que nós percebemos que quis introduzir na engrenagem do processo e que, por acaso, até há dois presidentes de câmara, na Ilha de São Miguel que,

provavelmente, devem ter dado conselhos em contrário. Fizeram muito bem seguir o conselho desses dois presidentes de câmara.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não tenho presidentes de câmara que me pressionem para votar a favor desta matéria.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): O que lhe vier vem do coração!

O Orador: O que me vier vem do coração.

Ouvi atentamente o discurso do Sr. Vice-Presidente do Governo em que referiu que defende o desenvolvimento sustentado e harmonioso de Santa Maria ao Corvo.

Eu poria aqui uma série de questões ao Sr. Vice-Presidente.

Primeira: esse investimento, elevado, mas naturalmente necessário e que trará desenvolvimento aquela parcela do nosso território, não põe em causa (não vai faltar dinheiro, garante V. Exa.) as obras nas outras ilhas?

Segunda: Sr. Vice-Presidente, tem o Governo intenções de aplicar esse *Project Finance* a outras ilhas, nomeadamente em estradas?

Já que o senhor falou na via rápida, eu lembro que em 2001, Sua Excelência, o Sr. Presidente do Governo, disse aqui na Assembleia que estava a ser estudada a possibilidade de associação de outros projectos a este, o das SCUTs, ou a sua realização dissociada, mas através deste modelo, nomeadamente a obra de reabilitação num percurso de 23 km Angra/Praia, com a construção do 5º troço, iluminação de toda esta via e ainda eventualmente aos portos da Região.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Vai ser adjudicado daqui a dias!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Como é que vai ser adjudicado se ele já desapareceu?

O Orador: Sr. Presidente do Governo, com o devido respeito: o 5º troço já não vai adjudicá-lo porque ele já não existe, porque V. Exas. já o cortaram.

O 5º troço já não existe...

Deputado Osório Silva (PS): Existe sim senhor!

O Orador: ... quando muito, existe ali uma “pernita” do 5º troço que os senhores estão a fazer. Fica o império no meio, etc., etc., mas isso não está em questão.

Por que é que desde 2001 (esta via rápida era prioritária, era uma via com um dos maiores índices de sinistralidade dos Açores) ainda não foi feita? Por que é que não se aplicou o *Project Finance* já nessa altura a essa via rápida?

Sr. Secretário, espero que não falte dinheiro para os outros açorianos que também têm que ter quem lhes dê voz aqui, que tenham pelo menos estradinhas sem buracos, pintadinhas, com condições e sinalizadas.

Deputado Osório Silva (PS): O senhor não vive nos Açores!

O Orador: V. Exa. também garante esse investimento na outra rede viária regional?

Há alguns nesta Região, Sr. Secretário, que não precisam de SCUTs, mas de estradinhas arranjadinhas. É isso que V. Exa. deve fazer e quero saber se vai fazer.

O senhor já fez muito quilómetro e “enche sempre a boca ao quilómetro”, mas ainda falta muito para fazer, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Já falta pouco!

O Orador: Falta! Olhe que falta! Nomeadamente na Terceira, falta muito quilometrozinho para fazer, sobretudo da maneira como estão a fazer o quilómetro, que é preciso ver a qualidade.

Quanto à via rápida, foi infelicidade do senhor, porque já foi várias vezes prometida.

Espero e fico satisfeito que se vá pôr a concurso agora, porque nem toda a oposição está de cara triste, Sr. Secretário José Contente. Ainda há na oposição quem esteja de cara alegre e não tem problema em apoiar as medidas positivas deste Governo. Agora, estamos atentos e é com essa atenção que deixo essas primeiras questões que gostaria de ver respondidas, nomeadamente da promessa do Sr. Presidente do Governo.

Presidente: Vamos continuar o debate, mas antes gostaria de dizer o seguinte:

Não nos podemos afastar do objecto do debate e o objecto do debate é um diploma que trata da concessão, concepção e projecto. Se para cada uma das ilhas pergunta-se se se vai fazer estrada...

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Sr. Secretário é que falou nisso!

O Orador: Tenham calma! Só estou a tentar disciplinar o debate. O objecto é este. Portanto, vamos tentar andar à volta disto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando em 2001 se debateu este diploma que agora estamos a dar sequência, o Sr. Presidente já fez a mesma ressalva quando os Deputados do PSD deram resposta às referências feitas pelo Governo Regional. Agora, volta a acontecer o mesmo.

Quem falou em estradas nas outras ilhas que não aquelas que estão agora em discussão foi exactamente o Governo Regional e gostava de saber se essa referência que o Sr. Presidente está a fazer é para o Governo ou é para a oposição?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, o que estamos aqui a discutir é um *Project Finance* e é isso que está aqui escrito pelo Sr. Presidente do Governo, que esta estrada se integra num *Project Finance*. É um financiamento de uma estrada, não é a estrada.

Portanto, falo porque está aqui dito em 2001 aquando desse debate.

Depois, quem se referiu a quilómetros de estrada foi o Sr. Vice-Presidente do Governo e o Sr. Secretário José Contente. Portanto, tenha santa paciência! Se eles podem falar, a oposição também pode.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(*) **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Todos conhecem aqueles indivíduos extraordinariamente capacitados, altamente competentes, diria até, que vemos proceder nalguns eventos o seu motivo principal

servindo para, com grande motivação, atrair sobre ele a atenção de todos, utilizando os seus saltos, pinos, pontes e as suas voltas e contravoltas para o efeito.

A actuação do PSD em matéria de SCUTs diria que em tudo se assemelhou.

Em 2001 é a favor e vota o modelo das SCUTs como solução para os troços rodoviários da Ilha de São Miguel. Na altura, acusa o Governo de não ter estudado, meditado e pensado o suficiente sobre o assunto, mas na hora de votar, vota a favor propondo ainda nessa mesma hora mais troços, mais ilhas, diferentes infra-estruturas, mais e mais, sem afinal precisar de nada para estudar.

Em 2002, com a resolução do Conselho do Governo que lança o programa de concurso e o caderno de encargos contendo todos os pressupostos e todos os requisitos neste vasto, completo e pormenorizado diploma, nenhuma dúvida lhe ocorreu, nada se ouviu dizer.

Em 21 de Setembro de 2006, na Comissão de Economia, o PSD quer dados para saber se afinal este é o melhor processo para fazer os investimentos nas rodovias de São Miguel e quer ouvir, 5 anos após o início do processo, mais Comissões, mais especialistas, mais câmaras, mais associações, para saber o que fazer.

Em 26 de Setembro de 2006, passados 5 dias, em comunicado, sem que nada disso tivesse acontecido, prepara-se para aterrar. Já sabe o que fazer, sem mais nem ter, sem ouvir mais ninguém, vai votar a favor. E para a volta ficar completa, volta a chamar para todos: Atenção que é obra em terra alheia!

Felizmente, quase todos já entenderam que, quer ontem, quer hoje, quer amanhã, a terra alheia era, é e será certamente também a sua terra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este foi um processo profundamente pormenorizado nos diplomas regionais, amplamente escrutinado por autoridades nacionais e comunitárias, abundantemente participado no concurso público internacional. Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, agora que o PSD já terminou o seu número vamos ao principal, vamos à obra que se faz tempo!

Obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Faço esta intervenção sugestionada pela intervenção do Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Estamos a tratar de um diploma que permitirá fazer melhores estradas, na Ilha de São Miguel.

Quanto a esta matéria, quero precisar que hoje, como ontem, o PSD defende intervenções arrojadas na melhoria das rodovias de São Miguel e em toda a Região.

Com qualquer instrumento financeiro, o PSD apoia a melhoria das estradas em cada uma das nossas ilhas, em particular em São Miguel, com este projecto das SCUTs.

Deputado José San-Bento (PS): Não foi isso que disseram em Comissão!

O Orador: Devolvo, no entanto, à procedência, a acusação dos ziguezagues. O Governo, nesta matéria, andou aos ziguezagues e andou para trás.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Para a frente!

O Orador: Sim. Aos ziguezagues e para trás. Se uma repetição não chega à compreensão do Sr. Secretário, lamento, não sou papagaio!

Deputados Jorge Macedo e Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Foi este Governo, noutra encarnação, que disse, no dia 14 de Novembro de 2001, pela voz do Secretário das Finanças, Roberto Amaral, o seguinte: “Com a utilização desta parceria público-privada, será possível complementar o investimento directamente efectuado pelo sector público regional, em mais de 42 milhões de contos, até ao ano de 2006, ano em que se prevê que esteja em exploração a totalidade da rede concessionada”. Estamos em 2006 e nada.

Este ziguezague não foi para a frente, Sr. Secretário, foi para trás e às quedas.

Deputados Clélio Meneses e António Marinho (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Mas disse mais, o Secretário das Finanças Roberto Amaral (são tão bons estes registos do Diário das Sessões!):

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): O registo do Fagundes é que é bom!

O Orador: “Com a utilização desta parceria público-privada, será possível acelerar de forma radical...” (qual seria o conceito de “radical” do Dr. Roberto Amaral?) “... a construção de uma importante rede de estradas até 2006...”

Estamos em 2006 e nem 1 centímetro foi feito no âmbito desta concessão.

Deputado Francisco Coelho (*PS*): Não sabe porquê, o senhor que é jurista?!

O Orador: O senhor precisa de uma régua para medir o centímetro?

“...assim antecipando em muitos anos o impacto positivo das novas acessibilidades no desenvolvimento económico e social das populações beneficiadas.”

Quem andou a ziguezaguear e a andar para trás exclusivamente foi o Governo Regional...

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Não!... Foi o PSD!

O Orador: ... e em particular o Sr. Secretário porque, pelos vistos, no seu departamento ninguém se entende nesta matéria.

A 14 de Novembro de 2001, o Sr. Presidente do Governo, dizia aqui (veja a ironia da situação!):

“O Governo Regional poderá celebrar o contrato de concessão, o que espera poder fazer somente no final do próximo ano de 2002”.

Hoje, o que as populações abrangidas pelo projecto SCUT têm para dizer a si, Sr. Secretário, a todo o Governo e, em particular, ao Sr. Presidente do Governo, é que “prometeram qual pessegueiro com tantas flores, mas nada dos pêssegos aparecerem”.

O que espero agora é que deixem “o pessegueiro” e as promessas e passem à obra!

Em São Miguel, o que os micalenses abrangidos por este projecto (curiosamente, os povoacenses ficaram de fora!) estavam à espera era de hoje estarem a andar, a correr, acelerada e radicalmente, nestas estradas abrangidas pelas SCUTs.

Hoje, Sr. Presidente do Governo e Sr. Secretário, por causa dos vossos ziguezagues, das vossas incompetências e do andar para trás, estamos a perspectivar em 2007 fazer a concessão dessas vias rápidas.

Mesmo assim, Sr. Deputado Luís Paulo, não sabemos em pormenor como é que vai ser, mas isso não é o mais grave. O que era precisa era ter sido feito. Portanto, a procedência fica devolvida a acusação de incompetência, de incapacidade para cumprir o prometido pelo próprio Governo. Teríamos estradas a partir de 2006. Não temos!

O que os micaelenses sabem é que as SCUTs, que agora entendem como se fosse uma auto-estrada, não existem em São Miguel, quando estavam prometidas começar em 2002 e acabar em 2006.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O discurso que o Sr. Vice-Presidente trouxe a esta casa alusivo a esta temática, na explanação que fez, perdoe-me se o disser, ficou aquém das expectativas, pelo menos das minhas expectativas.

Quando vi V. Exa. dirigir-se para aquela tribuna e não o titular da Habitação e Equipamentos, pensei que o seu discurso fosse mais incisivo no que toca à grande questão que diz respeito e que é o fundo das dúvidas que possam existir entre a nossa população e que tem a ver com essa expressão tão simples como “há dinheiro para isso”.

De facto, V. Exa. referiu, e sublinho aqui, que os valores, os 325 milhões de euros, o pagamento faseado ano a ano, representava 4% do orçamento. Portanto, até aí estamos entendidos.

Mas julgo que talvez tenha faltado explicar se esse valor em termos de 30 anos, uma vez que é uma dívida, se se puder chamar assim, feita de outra forma, tem enquadramentos jurídicos diferentes e uma vez que em 30 anos acontece muita coisa, se temos capacidade para garantir esse valor, nomeadamente se até no local onde isso

é feito, na parcela do território açoriano onde isso é feito, a economia micaelense pode garantir no futuro, que não se espera que não aconteça, em que não houvesse por exemplo ajudas externas, esse compromisso financeiro. A grande questão é saber se estamos a hipotecar ou não os próximos anos e se temos ou não capacidade própria para assumirmos esse endividamento.

É por isso que digo que ficou aquém da expectativa, porque julgo que o Governo tem a obrigação de dar uma explicação mais satisfatória em termos daquilo que é a previsão de pagamento e, já agora, o discurso bonito que fez o intróito a isto, as primeiras palavras, julgo que ficarão reservadas para a inauguração da estrada. Ela ainda não está feita, estamos só aprovando aqui um diploma.

Manifesto também concordância com esse princípio do raciocínio dos 30 anos, porque se é verdade que é durante 30 anos que é feito esse pagamento, também é verdade que ao fim de 30 anos essa obra pertence aos Açores e essa geração daqui a 30 anos não tem mais nada a pagar. Portanto, recebe essa obra como também nós já recebemos muitas dos nossos antepassados.

Para além disso, durante os próximos 30 anos, o Orçamento da Região não fica incumbido de estar a pagar a manutenção, as alterações necessárias. Portanto, tudo isso é bastante positivo e deve ser aqui realçado.

Esse tipo de sistemas que deve ser utilizado em situações de extrema necessidade, julgo que neste caso faz sentido. Apoiei em 2001, convictamente. Continuo a fazê-lo sem qualquer tipo de reserva, porque penso que é um salto qualitativo que falta dar e que é, no fundo, uma aspiração, pelo menos debatida e discutida, há mais de um século.

As estradas micaelenses são aquilo que foi feito há 100 anos atrás, retirando as mais recentes, mas a sua estrutura básica resulta das obras do Séc. XIX. Desde daí, mais nada de significativo foi feito.

Portanto, este é um passo que dá uma dimensão e marcará, com certeza, esse tempo. Acompanho por isso esse raciocínio dos 30 anos, embora quando vi o Sr. Secretário da Habitação, no caso, tão entusiasmado a referi-lo, espero que isso não queira dizer que pretende o Partido Socialista ficar todo esse tempo para acabar de pagar essa obra, porque ouvi dizer, muito satisfeito, “nós havemos de acompanhar uma primeira

geração que vai pagar, uma segunda que paga e recebe e uma terceira que só recebe”.
Viu entusiasmadíssimo dizer isto tudo.

Essa parte talvez seja um pouco escusada. Quanto ao mais, e isso sim é que importa relevar, é um projecto, e é a esse que nos devemos cingir, que aqui é apresentado e que até em termos jurídicos demonstra algum realismo e dá uma qualificação numa parcela significativa da nossa Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho para uma segunda intervenção.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para deixar aqui duas questões, ou melhor, duas recomendações.

Uma primeira recomendação ao Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos para que treine melhor a sua capacidade de improviso. Provavelmente, estaria à espera de um discurso diferente da parte do PSD e tinha preparado o discurso de resposta, mas revelou total incapacidade de ajustar as suas palavras e saiu-lhe mal.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Este carapuço serve exactamente para o Sr. Deputado Luís Paulo que sem saber o que é que o PSD andou a fazer nos últimos dias (foi pior, porque não tinha o discurso escrito, tinha-o de memória) revelou a mesma incapacidade e falou de uma coisa que não tinha nada a ver.

A segunda recomendação parte da seguinte questão: onde é que está a incoerência do PSD que votou favoravelmente em 2001 e volta a votar favoravelmente em 2006? Onde é que está a incoerência?!

Aí vai uma segunda recomendação. A segunda recomendação vai no domínio da formação. Recomenda-se, mas de uma forma sentida, ao Governo Regional que faça uma reciclagem para conseguir responder melhor, para conseguir dar uma boa resposta, uma resposta coerente e verdadeira, quando está perante uma determinada decisão da oposição.

O PSD, em coerência (volto a dizer mais uma vez!) vai votar, tal como fez em 2001, favoravelmente e era isso provavelmente que os senhores pretendiam que não acontecesse. Dar-vos-ia discurso. Não foi isso que o PSD fez. O PSD mantém a coerência naquilo que faz.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Eu permito-me também esclarecer, no âmbito do debate que aqui ocorreu, alguns aspectos que de certa forma perfilam na discussão deste tema, que são alguns outros investimentos que eu referia aquando da discussão, pela primeira vez, deste processo, há anos atrás, neste Parlamento.

Portanto, não posso deixar de prestar contas como devo aos Srs. Deputados e na sequência da intervenção do Sr. Deputado Artur Lima.

Sobre a primeira questão, eu penso que o Sr. Vice-Presidente foi suficientemente explícito. O Governo tem consciência. Procedeu a um estudo minucioso e responsável sobre as consequências dos encargos deste grande investimento, do maior investimento de sempre alguma vez realizado nos Açores, e parte para esse investimento com a certeza de que os seus encargos não oneram a continuação de uma política de investimentos em todas as nossas ilhas, respondendo ao essencial das suas solicitações que elas continuam a ter e a representar para a despesa pública e para o investimento na Região. É nessa convicção que o Governo Regional se empenha neste processo.

No que diz respeito a dois aspectos, em particular, que mencionei, o da via rápida Praia/Angra e do Hospital da Terceira, posso esclarecer o Sr. Deputado do seguinte:

Em relação ao Hospital da Terceira, nós estimamos que seja possível, ainda este ano, proceder ao lançamento do concurso de concessão e construção do Hospital da Ilha Terceira segundo o modelo de *Project Finance*.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O Sr. Presidente saiu do âmbito da recomendação feita pelo Sr. Presidente da Assembleia!

O Orador: Tenho muito gosto, em resposta à sua solicitação, de poder anunciar isso no Parlamento, hoje.

Também, em resposta à sua questão, tenho muito gosto em anunciar que provavelmente ainda este mês de Outubro poderemos proceder à assinatura do contrato relativo à construção da reabilitação da via rápida Praia/Angra, segundo a modalidade de um concurso também de concessão e construção.

Portanto, os próximos meses serão meses de especial realização e concretização no domínio desses investimentos que as populações, quer da Ilha de São Miguel, quer da Ilha Terceira, bem precisam e bem reclamam.

Sob a matéria em concreto que estamos a tratar, apelo ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista que não martirize mais o Grupo Parlamentar do PSD. Peço, encarecidamente, aos meus camaradas de partido que deixem o PSD agora mais descansado, porque hoje não é um dia fácil para o PSD/Açores. Sinto que o PSD está desiludido por finalmente estarmos aqui no Parlamento a decidir sobre o começo deste grande investimento. O PSD foi sempre levantando ao longo destes últimos anos sucessivas reservas. Ainda há dias estava a pedir pareceres para prolongar ainda mais este processo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não foi o PSD. Foi os Deputados do Partido Socialista na Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho!

O Orador: Felizmente, agora arrepiou um pouco caminho!

Eu tenho muito gosto que este investimento do Governo Regional, a que presido, seja um investimento acolhido por todos, aplaudido por todos e não quero que, apesar das vossas dúvidas e desse vosso percurso sinuoso, esse investimento deixe de ser um investimento de nós todos. Quero que o PSD também possa lucrar um pouco com isso na sua devida proporção.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A vossa tristeza é que está atrasado 5 anos!

O Orador: A sua devida proporção é aquela que foi sufragada nas últimas eleições quando este processo ainda não tinha arrancado, quando este processo continuava demorado.

Aliás, em 2004, nós até podíamos ter avançado um pouco mais nisto, mas nessa altura estávamos penderes de queixas anónimas que tinham sido enviadas para

Bruxelas e que, tanto, tanto atrapalharam este processo. Fez-nos esperar, fundamentar, requerer estudos para fazê-los presentes às instituições europeias para demonstrar as nossas razões, mas, felizmente, como em outras ocasiões, ganhámos. Ganharam, afinal, os açorianos e todos aqueles que serão directa ou indirectamente destinatários ou beneficiários deste investimento, no fundo, poupando mais encargos verbais ao Grupo Parlamentar que aqui apoia o Governo.

O PSD vota contrariado porque não se quer dar como vencido!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Isso é psicológico, Sr. Presidente!

O Orador: O PS vota aliviado porque vê cada vez mais perto um compromisso cumprido!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ouvi com muita atenção as intervenções que nesta câmara foram feitas, como aliás é costume e ouvi também com muita atenção a intervenção do Sr. Presidente do Governo e Presidente do Partido Socialista.

Por isso mesmo gostava de dar os parabéns ao PSD, porque o PSD, hoje, teve, obrigatoriamente, uma postura muito responsável nesta câmara, aliás, como teve em 2001, quando votou favoravelmente a autorização desta concessão.

Nós percebemos os esforço de responsabilidade, o esforço de contenção que o PSD nas suas várias “encarnações” teve a necessidade de fazer para resistir à tentação da dúvida metafísica e da crítica “por que é que é aqui e não noutra sítio?”, para resistir ao “diabinho”, e às vezes não resistiu, pelo menos em comissão, de pedir mais estudos, e à tentação óbvia e eleiçoeira de querer adiar a obra para benefício do PSD em prejuízo dos Açores e de São Miguel.

O PSD – é preciso dizê-lo – na altura essencial, com muito esforço, com muita contenção, com algum sacrifício, segura e eventualmente com alguns puxões de orelhas, “viu a luz”, ou pelo menos é este o seu comportamento exterior.

Sempre que a “ovelhinha tresmalhada volta ao bom redil”, alegram-se os “reinos dos céus”, alegram-se os bons açorianos e alegram-se os democratas.

Muito obrigado e parabéns ao PSD.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Numa altura em que devíamos estar aqui a discutir com serenidade, com sentido de responsabilidade, a reflectir e a aprovar um diploma com este impacto financeiro, social, económico, sobretudo na vida das pessoas daquela parte da Ilha de São Miguel, assistimos a uma coisa extraordinária, a uma incoerência extraordinária, que é a do PSD querer as estradas e o PS querer que o PSD vote contra as estradas. Isto é inacreditável!

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Como é que o PSD quer as estradas e o PS quer que votemos contra as estradas?

A simplicidade com que eu estou a colocar a questão é directamente proporcional ao incómodo, à preocupação e à chateação que o PS tem pelo facto do PSD votar a favor. Isto é inacreditável!

O PSD se quer as estradas, obviamente tem que votar a favor das estradas. E o PS, como disse, está muito preocupado, está muito chateado.

Eu vi até nas palavras de alguns Deputados do Partido Socialista e de alguns membros do Governo a forma acalorada como se queriam debater contra o voto do PSD, quando o PS e o Governo deviam estar preocupados e chateados pelo incumprimento das promessas. Deviam estar preocupados e chateados porque nesta

altura deveriam estar a inaugurar as estradas e estão apenas a promover a adjudicação do respectivo concurso. Isso é que devia preocupar o PS e o Governo Regional.

O PS e o Governo em vez de estarem preocupados com o PSD deveriam também estar preocupado com o estado das estradas em algumas partes do arquipélago, numa parte de São Miguel, relativamente à Povoação, na Ilha Terceira, na via rápida, e várias estradas dos Açores que estão em péssimo estado e que mereceram promessas, durante anos e anos, do Governo Regional.

O Sr. Presidente ri-se, mas devo lembrá-lo que relativamente ao Hospital de Angra, em 98, no longínquo ano de 98, nesta casa, já falávamos nos estudos do Hospital de Angra. O Sr. Presidente vem aqui como o salvador da pátria...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Levou menos anos que o Hospital de Ponta Delgada, para sua informação!

O Orador: ... como alguém que fez uma grande coisa! Passados 8 anos ainda não iniciou o Hospital.

Devo lembrar-lhe também que nesta casa, na legislatura anterior, o PS falava nos estudos geológicos para os terrenos do Hospital de Angra. Curiosamente, há cerca de um mês atrás, o gabinete de anúncios de Carlos César, o dito GACS, também anunciava os estudos geológicos, passados anos e anos. E andamos nesses anúncios e mais anúncios porque não conseguem cumprir as promessas, não conseguem cumprir a palavra. Era isso que vos devia preocupar, era esse o motivo da vossa preocupação. Inversamente, o PS está pelos vistos preocupado, apenas e só, com o PSD.

Para o PS, e vimos por este debate, grande parte das intervenções foram ocupadas com a preocupação com o PSD. Para o PS o mais importante é o PSD.

O mais importante para o PSD são as pessoas, são as necessidades dos açorianos. Por isso, o PSD, por muito que isso incomode o PS, vai votar a favor deste diploma.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Ponderando todas as circunstâncias que enquadram este processo, ponderando todas as consequências ao nível financeiro, económico e ambiental, com a informação que o PSD quis ter, com sentido de responsabilidade, entendendo que de acordo com uma cultura política adulta, a abertura, o conhecimento e a informação dos parlamentares, da sociedade açoriana, deve ser essencial a qualquer decisão

política, o PSD entendendo tudo isto, suscitou obviamente mais informação, mas curiosamente também alguns deputados do Partido Socialista, na Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, suscitaram pronunciar-se sobre isso e o que é que mereceram da parte do resto da maioria? Mereceram exactamente o chumbo, não quiseram que essa parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista também tivesse informação.

Eu não acredito que esses deputados do Partido Socialista que quiseram mais informação também votem incomodados. Estou crente que esses Srs. Deputados que suscitaram que a Comissão Parlamentar de Ambiente e Trabalho se pronunciasse estejam a votar incomodados. Nem sequer quero crer nisso!

Devo também dizer que esta vontade do Partido Socialista de mandar em tudo, de querer mandar na própria vontade do Grupo Parlamentar do PSD, obviamente que não pode proceder. O Grupo Parlamentar do PSD vai votar de acordo com a sua consciência e obviamente vai votar todas estas circunstâncias, e isto é importante, sobrevalorizando os interesses e as necessidades das populações e, em primeiro lugar, o interesse dos açorianos.

Obviamente que ponderando tudo isto e pondo, como o PSD, responsabilmente, em primeiro lugar, os interesses dos açorianos, só pode votar a favor. E votamos a favor convictamente com a consciência e sentido de responsabilidade que esses assuntos com esta importância, em termos financeiros, ambientais, económicos e sociais merecem.

Se os senhores do Partido Socialista e do Governo Regional perdessem menos tempo a preocupar-se com o PSD e com o sentido de voto do PSD, talvez tivessem tido tempo para cumprir as promessas e para fazer as estradas que neste momento deviam estar a inaugurar.

Infelizmente perderam o tempo e perdem tempo, pelos vistos, na promessa e sobretudo no ataque com que demonstram a sua real intenção e a sua real valorização do sistema democrático, de uma oposição democrática, da qual já fizeram parte e da qual um dia hão-de voltar a fazer.

Deixem-nos votar como entendemos, adequado às necessidades e aos interesses dos açorianos.

Da vossa parte façam as estradas. Façam as estradas e como dizia o Sr. Deputado do Partido Socialista, “mãos à obra, porque já é tempo”. Se calhar já é tempo de fazer as estradas antes que seja tarde, antes que sejam outros a fazer as estradas, a pagá-las e a inaugurar-las.

Deputado Nuno Amaral (PS): Isso foi o que nós fizemos em 99. Fizemos e pagámos!

O Orador: Porque o PSD quer que sejam feitas as estradas e porque o PSD (termino como comecei esta intervenção) quer tanto que seja feito as estradas, vamos votar naturalmente a favor, por muito que isso incomode o Partido Socialista e o Governo Regional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Nuno Amaral (PS): Esqueceu-se foi de referir o puxão de orelhas que o José Carlos vos deu este fim-de-semana!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção é breve.

Apenas queria registar o seguinte:

O Sr. Presidente do Governo disse que votaria hoje aliviado. Pois bem, eu devo dizer-lhe, acrescentando: acredito que seja aliviado, mas também devia ser acompanhado de um pedido de desculpas aos açorianos.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Fui reeleito em 2004!

O Orador: O Sr. Presidente do Governo sente-se aliviado por finalmente trazer este diploma aqui, mas devia pedir desculpa designadamente aos micalenses por não ter feito em 1825 dias, no âmbito deste projecto das SCUTs, um centímetro de estrada.

Pela nossa parte, fica a satisfação do dever de oposição cumprido. Denunciámos o atraso e a incapacidade do Partido Socialista no cumprimento de uma promessa solenemente feita em 2001.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar à votação.

A votação será feita com uma metodologia adequada ao volume deste diploma. Este diploma tem 4 artigos, mas o artigo 1º diz respeito a um anexo que é muito volumoso. Sendo assim, ao votarmos o artigo 1º, estamos naturalmente a votar esse anexo, porque ele é referido no artigo 1º.

Existem duas propostas de alteração para esse anexo. Portanto, poria à discussão e votação estas duas propostas de alteração para a base 26 e para a base 24 e depois iríamos aos restantes artigos.

Antes disso, temos uma alteração do PS para o artigo 3º e há um outro documento do Partido Socialista que subscreve as alterações da Comissão.

Vamos iniciar a votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional na generalidade, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação das propostas de alteração ao anexo.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida o artigo 1º.

Recordo que ao votarmos o artigo 1º estamos a votar o anexo com as alterações introduzidas.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 3º existe uma proposta de alteração do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, eu aguardava que alguém explicasse a proposta, mas como ninguém explicou eu vou perguntar o porquê dessa exceção à regra. Não vejo que faça muito sentido, por isso gostava de saber.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O diploma prevê no seu ponto 2, alínea a) que, à “ data da entrada em vigor do presente diploma até à data da aprovação do projecto de execução, 200 m para cada lado do eixo da estrada e, centrado em cada nó de ligação, um círculo com 1300 m”, não se poderá construir.

Tendo a noção de que a Ilha de São Miguel não é tão grande, dá-se uma prerrogativa ao Governo de que esse espaço poderá criar alguns constrangimentos em alguma construção, em alguns eixos que até já existem hoje nesta concessão, se pensarmos que desde o aeroporto João Paulo II até à Lagoa, praticamente tudo está feito. Se houver alguma exceção a fazer-se em relação aos 200 m para se poder construir, essa exceção será dada através do Governo Regional por Decreto Regulamentar Regional, onde fará uma alteração em algumas zonas pontuais.

Presidente: Passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta alteração por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida a parte restante do artigo 3º.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 3º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses para uma declaração de voto.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, é só para informar que o Grupo Parlamentar do PSD apresentará por escrito uma declaração de voto nos termos regimentais.

Presidente: Srs. Deputados, vamos prosseguir os nossos trabalhos.

Por acordo entre os partidos políticos aqui representados, numa conferência informal realizada (aproveito para dar conhecimento disso também ao Sr. Deputado Independente), passamos para o ponto 3º da nossa ordem de trabalhos, ou seja, para a **Proposta de Decreto Legislativo Regional - "Permite a majoração dos apoios previstos no Decreto Legislativo Regional n.º 14/95/A, de 22 de Agosto, e no Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002/A, de 11 de Março, que se destinem a ser executados nas Ilhas Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo"**.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(*) Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Tendo em conta que também no sector da habitação é importante ter no devido reconhecimento as dificuldades que acabam por ser maiores nas Ilhas de Santa Maria, Flores, Corvo, Graciosa e São Jorge, em matéria de esforço financeiro, nomeadamente pelo custo da mão-de-obra e dos materiais, e tendo em coerência já majorado apoios noutros sectores para estas ilhas, o Governo entendeu trazer à Assembleia Legislativa Regional esta Proposta de Decreto Legislativo para poder majorar os apoios no sector da habitação nas chamadas Ilhas da Coesão.

Trata-se de uma proposta de alteração que permite que, nestas ilhas chamadas da coesão, esses apoios possam ter um aumento para fazer face às dificuldades e ao carácter mais oneroso da construção, e naturalmente também dos custos dos materiais e de algum modo das dificuldades que estas ilhas acabam por ter também em matéria de reabilitação ou de construção no parque habitacional.

Portanto, é uma medida coerente e consistente com a política do Governo para que no sector da habitação também possa haver uma ajuda especial através de uma majoração especial no sector da habitação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para manifestar o meu apoio a este diploma, porque se há área onde se faz sentir o custo nas famílias e entre os cidadãos, de viver afastado de algumas condições, é sobretudo na habitação e tem muito a ver com aquilo que é a economia doméstica. Portanto, é de saudar e de apoiar esta proposta que aqui é apresentada e até sublinhar o início desta concretização nesta área que chega directamente ao encontro dos cidadãos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É óbvio, Sr. Secretário, que qualquer majoração que o Governo entenda criar vai afectá-la às 5 ilhas da coesão.

De qualquer forma eu gostaria que me dissesse, na sua opinião, qual a coerência de se criar, por exemplo, uma majoração para São Jorge e não se criar para o Pico e para o Faial.

Em sua opinião, existe assim uma diferenciação tão acentuada dos preços dos materiais de construção nestas três ilhas?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

(*) **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo em análise vem permitir a criação de uma majoração aos apoios previstos no Programa Regional de Apoio à Habitação para as ilhas ditas da coesão e vem ajudar as muitas famílias carenciadas nestas referidas ilhas.

O Grupo Parlamentar do PSD concorda que a aposta na recuperação da habitação degradada deve continuar a ser um compromisso prioritário deste Governo.

Infelizmente esta boa proposta perde parte do seu mérito por não prever em concreto a majoração referida.

Tenho pena que esta Assembleia não participe na definição desta majoração e também que outros concelhos e outras ilhas, com manifestas carências habitacionais, não sejam também incluídos.

Por isso, o PSD vai abster-se na votação concordando, no entanto, com os fins desta meritória iniciativa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

(*) **Deputado Osório Silva (PS):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar favoravelmente a proposta em discussão, atendendo que a mesma prevê os apoios da majoração para aquisição, construção, ampliação e remodelação de habitação própria, que está consagrado actualmente na legislação para todas as ilhas dos Açores, bem como apoio a obras de reabilitação, reparação e beneficiação de habitação degradada, em particular, como já foi aqui referido, para as Ilhas da Coesão.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS/PP votará favoravelmente este diploma. Aliás, é mais uma medida positiva que visa corrigir as desigualdades das pequenas ilhas no acesso, nomeadamente, aos materiais de construção que são muito mais caros nessas ilhas do que nas ilhas maiores.

Portanto, estamos a favor de tudo o que esteja nesse projecto da coesão, que às vezes vai andando aos saltinhos, como agora, com este apoio à habitação, mas é muito positivo que o Governo o faça.

O Governo remete outra vez para Decreto Regulamentar Regional (vem sendo um velho hábito depois quantificar as coisas). Eu perguntava ao Sr. Secretário, se me pode esclarecer ou quantificar a majoração entre o Corvo e São Jorge. Será o mesmo grau de majoração e de apoios para São Jorge, Santa Maria e Corvo, atendendo ao custo das ilhas, como também já aqui foi referido?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Muito obrigado, Sr. Presidente, por uma segunda oportunidade.

Apenas para me pronunciar sobre uma temática que o PSD levantou e que é importante. Tem a ver com essa questão de saber se uma habitação em Santa Maria custa mais do que uma habitação, por exemplo, no Nordeste.

Quando se diferencia aquilo que não é igual, quando se assume um projecto como esse das Ilhas da Coesão, que tem a ver com o pretender a harmonia regional, em que tem que forçosamente se distinguir positivamente as ilhas onde até está a ser maior o decréscimo de população, onde precisa mais deste tipo de apoios, é evidente que as condições que devem ser apresentadas ou as condições que devem ser dadas, não podem ser vistas só na análise.

Será que ali o custo é muito maior do que em outra parcela do território?

É evidente que à primeira vista até é e conhecemos casos, como também no Nordeste assim será e em outros sítios. Portanto, essas situações precisam de ser vistas.

Agora, que é um facto e se a Assembleia Legislativa assumiu também esse compromisso ou esse projecto juntamente com o Governo Regional de que nos Açores as Ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo vão ter um tratamento especial, pois essa é que é a concretização desse tratamento especial, ainda que signifique que nessas ilhas uma habitação sai mais barata do que num dos outros territórios. Não choca nada, porque isso é criar condições mais favoráveis para os nossos cidadãos continuarem a viver nas suas terras, sem irem todos habitar forçosamente para o mesmo sítio.

Portanto, eu gostava de requerer isso, por isso é que pedi esta segunda oportunidade, porque voto convictamente neste diploma por essa razão.

Se é para distinguir, tem que se distinguir.

Evidentemente que isto não tem a ver com as Ilhas de Valor ou fosse outro projecto que tivesse a ver com investimento. Isso tem a ver precisamente com ir directamente à economia doméstica, a economia dos cidadãos. Esta é, julgo eu, uma das melhores formas de chegar ao encontro das condições dos cidadãos nessas 5 ilhas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(*) **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar para dizer que o espírito deste diploma é também o espírito de aplanar diferenciações que há entre as ilhas. Por isso, não faz sentido nós estarmos a diferenciar alguma descontinuidade de preços que pode acontecer nessas 4 ilhas, porque o objectivo é maximizar a possibilidade de ajudar as dificuldades de cada uma e das 4 ilhas no global. É por isso que se instituiu os apoios às chamadas Ilhas da Coesão.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): A pobreza é um desequilíbrio sócio-familiar do agregado familiar!

O Orador: Por outro lado, para dar um pouco resposta ao Sr. Deputado Jaime Jorge, gostaria de dizer que efectivamente a Ilha de São Jorge tem mais dificuldades, porque tem menos empresas de construção civil e, tendo menos oferta, tem dificuldades acrescidas em termos dos preços que são praticados em relação ao Pico, que até passou recentemente por um processo de reconstrução, onde acabaram por emergir algumas outras empresas e a capacidade de oferta gerou também maior possibilidade de competição entre as empresas.

Por isso, até nessa matéria, parece-nos justo que estas ilhas que foram apontadas como aquelas que têm maiores dificuldades possam ter uma majoração. O problema não é beneficiar nenhuma especial, é não prejudicar nenhum e beneficiar todas.

Presidente: Srs. Deputados, julgo que estamos em condições de votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma na generalidade, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do Deputado Independente e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Votação na especialidade. Para este diploma não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma na especialidade, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na especialidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do Deputado Independente e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do Deputado Independente e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora para a **Proposta de Decreto Legislativo Regional - "Altera a Orgânica do Serviço Regional de Protecção Civil e de Bombeiros dos Açores"**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(*) **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional está ciente de que o Decreto Legislativo Regional 7/99/A e também as alterações que foram feitas a esse Decreto em 2000 e em 2002 merecem uma actualização e um aperfeiçoamento, fundamentalmente a dois níveis de situações:

Por um lado, porque vamos constituir no transporte de emergência médica um modalidade para tentar disciplinar o uso das ambulâncias, criando uma taxa que vai reverter para as Associações Humanitárias de Bombeiros e por isso nós entendemos que é uma maneira de algum modo contrariar algumas situações mais indesejáveis que de vez enquanto ocorrem e que assim podem ser facilmente disciplinadas.

Por outro lado, permite, uma vez que estamos a mexer na orgânica do serviço, que aqueles que são operadores de telecomunicações no serviço e que têm que ter uma disponibilidade permanente, possam ter também uma gratificação, uma remuneração, para conseguirmos dar alguma justiça a essa responsabilidade e a esse trabalho

permanente de quem está num sector a receber telefonemas que são de socorro ou que são de aviso, cuja urgência pode às vezes salvar vidas.

Por isso, o Governo traz este diploma à Assembleia fundamentalmente com estas duas intenções e com pequenas alterações que têm a ver com o Conselho Administrativo, uma vez que naquilo que se reporta, por exemplo, ao Estatuto do Pessoal Dirigente, aqui não há nenhuma inovação para além daquelas que já constam do Estatuto do Pessoal Dirigente que, como se sabe, criou uma excepção para a base de recrutamento do pessoal da protecção civil, entendendo-se nessa altura, e parece-nos bem, que não há uma base de recrutamento para a protecção civil semelhante às outras carreiras do funcionalismo público e semelhante às outras carreiras que existem actualmente na Administração Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

(*) **Deputado Osório Silva (PS):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este diploma e votará favoravelmente atendendo que o mesmo permite a implementação de um novo modelo de financiamento do serviço de transporte terrestre de doentes que mais tarde irá constituir uma receita a favor das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários da Região Autónoma dos Açores.

O mesmo prevê também um novo regime de disponibilidade permanente para os operadores de telecomunicações do Serviço Regional de Protecção Civil e de Bombeiros com um complemento remuneratório de 10%, bem como, e já foi aqui referido pelo Sr. Secretário, as alterações que vão ser procedidas à orgânica deste mesmo serviço.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

(*) **Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nas diversas reuniões que a Comissão de Política Geral tem mantido com as Associações de Bombeiros dos Açores um dos problemas mais levantados por elas era realmente a questão do uso abusivo do serviço de ambulâncias.

Por isso a criação dessa taxa, sem dúvida, é bem-vinda uma vez que poderá servir como elemento moralizador da utilização desse mesmo serviço, além de que irá constituir mais uma receita para as Associações de Bombeiros Voluntários que certamente bem necessitam delas.

Quanto ao suplemento remuneratório para os operadores de telecomunicações, parece-nos inteiramente justo dado a total disponibilidade que eles têm que ter no seu horário.

Assim, e considerando que essas são sem dúvida as alterações mais significativas ao diploma, o PSD irá votar favoravelmente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É de saudar esse fim da possibilidade de mais facilmente ser evitado o uso abusivo deste serviço, por razões que são conhecidas e que até têm a ver com prioridades nos atendimentos hospitalares e, ao mesmo tempo (obviamente a mim não me choca) que o serviço seja pago (pago, não é o caso, mas pelo menos uma pequena taxa de esforço). Isso só dignifica os orçamentos das próprias corporações.

Portanto, era só para manifestar o meu apoio a esse diploma, assim como o suplemento que é dado àqueles que se esforçam nessa área e que são a alma da protecção civil nos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não podemos deixar de estar de acordo em algumas das coisas que são propostas neste diploma, e que o Sr. Secretário faz crer que são pequenas alterações.

O diploma não sofre pequenas alterações. Sofre alterações até substanciais nos artigos 9º, 15º, 16º. Portanto, não são assim tão pequenas.

O Sr. Secretário apenas explicou aquelas relativamente à receita dos bombeiros, isto é, que reverte a favor dos bombeiros a receita das ambulâncias.

Embora eu concordo perfeitamente com esse princípio, eu não sei se o Sr. Secretário previu alguma excepção para quem eventualmente não possa pagar.

Espero que a receita dos bombeiros não venha a diminuir por esta compensação.

Estamos de acordo com essa medida. Estamos de acordo com os 10% para os operadores de telecomunicações, pela sua disponibilidade, mas também nos preocupa, e não posso deixar de manifestar esta preocupação ao Sr. Secretário, apesar de votar favoravelmente este diploma, que se elimine o artigo 15º do recrutamento do pessoal dirigente, que tinha regras bem definidas e passa agora para uma coisa pouco clara, à vontade do Governo nomear quem quiser. Portanto, o Sr. Secretário elimina totalmente o artigo 15º e passa-o para a sua orgânica para depois fazer como bem entender.

Sr. Secretário, realmente há falta nos Açores de pessoal técnico da Protecção Civil.

Por aquilo que nós vemos o Sr. Secretário não tem tido dificuldade em nomear gente, até com licenciatura em letras, para o Conselho Administrativo e para a gerência das unidades de protecção civil nas diversas ilhas. Portanto, não haverá assim grande dificuldade de recrutamento de pessoal dirigente. Há sim dificuldade de recrutamento para pessoal técnico superior, técnico não dirigente e de todo o pessoal técnico da protecção civil. Para o pessoal dirigente a prática não o diz.

Portanto, é manifestamente excessivo a eliminação do artigo 15º, mas apesar disso, vamos votar a favor das alterações que são benéficas para as corporações de bombeiros, que aqui felicito pelo trabalho que têm desenvolvido, em condições muito difíceis e que mereciam ainda ser melhor apoiadas, sobretudo no transporte de doentes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(*) **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para dar uma informação ao Sr. Deputado Artur Lima dizendo que, em primeiro lugar, o Governo, quando vier a estabelecer a questão das taxas das ambulâncias, terá em conta as situações de urgência e de emergência que não vão ser taxadas, naturalmente. Só haverá essas taxas para situações que declaradamente estarão tipificadas e que não serão situações de emergência médica ou de urgência.

Portanto, nós queremos excluir do transporte de ambulâncias as situações de ambulatório ou de usos relatados e conhecidos de manifesto abuso de utilização com

prejuízo para a emergência e para a urgência médica das viaturas destinadas ao transporte terrestre de ambulância.

É nessa justa medida que nós estamos a propor isso.

Depois, para dizer também, que a alteração que nós fazemos ao artigo 15º não prejudica o que já está estatuído. O que se passa é que com esta alteração orgânica esta é uma medida transitória, uma vez que o Estatuto do Pessoal Dirigente já prevê que “o recrutamento do provimento do exercício das funções do Estatuto Remuneratório do Pessoal Dirigente do serviço, bem como do mais serviço integrado na estrutura regional de Protecção Civil, rege-se pelo disposto nos diplomas orgânicos”. Ou seja, o que nós estamos aqui, como medida transitória, a dizer, é que vamos aprovar o novo diploma orgânico e esta Proposta de Decreto Legislativo Regional já faz a transição do que existe para este novo.

Portanto, nós não estamos a alterar nada do que actualmente existe, nem estamos a suprimir as características que já vigoram actualmente. Estamos só a dar enquadramento para o próximo diploma orgânico, como o anterior Decreto Legislativo Regional já fazia para a anterior orgânica.

Portanto, é nessa justa medida que não há suprimimento do artigo 15º.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma na generalidade, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à especialidade. Para este diploma não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma na especialidade, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na especialidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper aqui os nossos trabalhos. Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 55 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Deputados que faltaram à Sessão

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Nuno André da Costa Soares Tomé

Partido Social Democrata (PSD)

José Manuel Avelar Nunes

Luís Henrique da Silva

() Texto não revisto pelo orador*

Documentos entrados

Projecto de Resolução

Condições para a Revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas

A Lei de Finanças das Regiões Autónomas (LFRA) tem por objecto a definição dos meios para a concretização da autonomia financeira, pelo que constitui um factor determinante para a afirmação dos Açores e para o seu desenvolvimento.

A revisão em curso, por decorrer num contexto macroeconómico pouco favorável, comporta riscos evidentes. No entanto, há razões para considerar o actual momento como oportuno:

- A inevitabilidade da própria revisão, decorrente da actual LFRA;
- A necessidade de introduzir ajustamentos em cláusulas e fórmulas de difícil ou impossível aplicabilidade, tal como demonstra a experiência adquirida desde 1998.

Depois de um período de negociações entre o Governo Regional e o Governo da República, em que o primeiro órgão da autonomia esteve afastado de uma questão tão fundamental para o futuro da Região, apenas se limitando a conhecer as notícias veiculadas pela comunicação social, muitas vezes contraditórias, foi finalmente enviada uma proposta de Lei para parecer do Governo Regional. O PSD já teve oportunidade de apresentar publicamente um conjunto de aspectos globais e específicos a salvaguardar e, consciente da importância do processo para o desenvolvimento dos Açores, entende dever envolver, directamente, o Parlamento.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os Deputados do PSD, abaixo subscritores, propõem o seguinte projecto de Resolução:

§ Único: A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, tendo em conta a importância determinante para o futuro dos Açores da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, recomenda ao Governo Regional que, nas negociações em curso com o Governo da República para a revisão daquela Lei, salvasse os seguintes aspectos globais e específicos:

ASPECTOS GLOBAIS

1. Assegurar rigor na formulação do articulado da nova LFRA, clarificando conceitos, fórmulas e regras que têm constituído factores de perturbação.
2. Atribuir à LFRA o exclusivo da definição do relacionamento financeiro com as Regiões Autónomas, anulando a dependência de outros instrumentos legislativos que condicionem o que está previsto no respectivo articulado.
3. Garantir estabilidade e a conseqüente previsibilidade ao relacionamento financeiro entre a República e a Região. O regime a aprovar não pode ser precário, nem conter

normas transitórias ou ser afectável conjuntamente, uma vez que se trata de um diploma de natureza estrutural,

ASPECTOS ESPECÍFICOS

1. Assegurar que o critério a definir para as transferências do Orçamento do Estado não conduza a valores inferiores aos que resultam da actual LFRA;
2. Confirmar que a totalidade das receitas geradas nos Açores, designadamente as relativas ao IRS e ao IRC, são receita efectiva da Região. Tal regra não poderá ser contrariada por qualquer outra legislação, nomeadamente pela Lei de Finanças Locais;
3. Regularizar o contencioso financeiro entre o Governo da República e o Governo Regional que resultou de diferente interpretação de disposições da actual LFRA;
4. Definir, com clareza e precisão, o conceito de “Projectos de Interesse Comum”, de forma a permitir a sua efectiva utilização a partir da entrada em vigor da nova LFRA;
5. Manter o critério, em vigor, de capitação do IVA ou outro de idêntica natureza e, pelo menos, com a mesma expressão financeira, assegurando a distribuição clara e justa das receitas daquele imposto. Não são aceitáveis regimes de transitoriedade semelhantes aos que constam da proposta de Lei de Finanças Locais em discussão.

Horta, Sala das Sessões, 25 de Setembro de 2006

Os Deputados, *Clélio Meneses, Pedro Gomes, José Manuel Bolieiro, Alberto Pereira*

Declaração de voto

Declaração de Voto

Proposta de Decreto Legislativo que aprova as bases da concessão da concepção, projecto, construção, financiamento, conservação e exploração dos lanços rodoviários

e respectivos troços, na ilha de S. Miguel, em regime de portagem sem cobrança ao utilizador (SCUT).

Nos termos do n.º 3 do artigo n.º 89º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, tendo votado a favor da proposta de Decreto Legislativo que aprova as bases da concessão da concepção, projecto, construção, financiamento, conservação e exploração dos lanços rodoviários e respectivos troços, na ilha de S. Miguel, em regime de portagem sem cobrança ao utilizador (SCUT), apresentam, por escrito, a seguinte declaração de voto:

A degradação de várias estradas nos Açores, muitas delas velhas de séculos, chegou a tal ponto que todos reconhecem a urgência de apostar na sua renovação e melhoria.

São as chamadas SCUT's para S. Miguel que foram discutidas e aprovadas neste Período Legislativo de Setembro.

Infelizmente, as outras ilhas não andarão por estas “scuts”.

Os micaelenses já sabem..., as scuts são as auto-estradas para o Nordeste e Vila Franca do Campo. São aquelas estradas que o Governo Regional Socialista prometeu que começariam a ser construídas em 2002 e estariam concluídas em 2006. No longínquo ano de 2001, o Governo disse: “Com a utilização desta parceria público-privada será possível acelerar, de forma radical, a construção de uma importante rede de estradas até 2006”. Disse mesmo que assim anteciparia o futuro. Estamos no final de 2006 e, sob este regime, nem um centímetro de estrada foi começado.

Se, por um lado, outros açorianos viram as suas ilhas excluídas das “scuts”, os micaelenses estão há cinco anos há espera do milagroso começo das obras em 2002.

O PSD quer novas estradas de qualidade para S. Miguel, por isso votou a favor.

Aliás, já em 2001 apoiamos o novo modelo financeiro para as fazer.

Mas, tal como as pessoas atentas, o PSD só pode responsabilizar a incompetência do Governo de Carlos César pelo grave atraso destas obras.

Este Governo não soube implementar, com diligência e eficiência, o processo e não soube meter mãos-à-obra.

Desde o início, pouco terá sido bem feito, tudo tem sido, até agora, muito complicado.

Passado todo este tempo, e depois de tantos anúncios, a verdade é que nem os micaelenses sabem ainda por onde realmente vão passar estas estradas.

Os que não estão incluídos nas scuts, sabem bem que foram excluídos. Achrom mesmo que terão apenas direito aos atalhos. O Concelho da Povoação ficou fora dos eixos.

O PSD responsabiliza Carlos César e a incompetência do seu Governo pelos cinco anos de atraso na conclusão das novas estradas em S. Miguel.

Foi em coerência com o que sempre assumiu, que o PSD votou a favor das bases da concessão das SCUT para os troços rodoviários na ilha de S. Miguel.

Agora, depois de aprovada esta proposta de Decreto Legislativo Regional, todos esperamos que o Governo seja competente para avaliar o impacto ambiental das obras e acompanhar, com rigor, a qualidade das estradas e o cumprimento dos prazos.

Todos exigimos a efectiva protecção dos interesses financeiros da Região Autónoma dos Açores. Estão previstos 325 milhões de euros, em 30 anos. Após a aprovação deste diploma, o PSD, na defesa de todos os açorianos, exige, ao Governo um Plano Global para incluir o Concelho da Povoação na melhoria das acessibilidades terrestres em S. Miguel e nas restantes ilhas dos Açores, que ficaram para trás.

Horta, Sala das Sessões, 27 de Setembro de 2006.

Os Deputados do Grupo Parlamentar

—

A redactora, *Maria da Conceição Fraga Branco*